Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura **Número: 68**

III Sessão Legislativa **Horta, Quinta-feira, 25 de Fevereiro de 1999**

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

SUMÁRIO

(Os trabalhos tiveram início pelas 10.15 horas)

No **Período de Antes da Ordem do Dia,** e para tratamento de assuntos de interesse político relevante, deu-se continuidade ao debate iniciado no dia anterior onde usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Azevedo *(PSD)*, Fernanda Mendes *(PS)*, Rui Pedro Ávila *(PS)* e ainda o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente)*.

Encerrado este debate, proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados António Meneses *(PSD)*, Fernando Meneses *(PS),* Alvarino Pinheiro *(PP)*, Élio Valadão *(PS)*, Francisco Oliveira *(PS)*, António Almeida *(PSD)*, Nuno Almeida e Sousa *(Indep.)*, Paulo Valadão *(PCP)*, João Greves *(PP)*, José Manuel Nunes *(PSD)*, Francisco Xavier *(PSD)*, tendo sido prestados

esclarecimentos pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente)*.

No **Período da Ordem do Dia,** esteve presente a **Proposta de Decreto Legislativo Regional, que "altera algumas disposições do Decreto Legislativo Regional n.º 1/96/A, de 4 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/97/A, de 18 de Julho, no sentido de integrar na composição do Conselho Regional de Concertação Social um representante da Associação de Jovens Empresários, bem como de introduzir alterações ao regime de dispensa de exercício efectivo de funções, por parte das respectivas entidades patronais, dos membros do conselho".**

Feita a sua apresentação pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho),* usaram da palavra sobre o mesmo assunto os Srs. Deputados Francisco Sousa *(PS),* Nuno Almeida e Sousa *(Indep.)* e Paulo Valadão *(PCP)*.

A proposta em apreço foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

Em seguida, foi aprovada, por unanimidade, a **Proposta de Resolução - "Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional, referente ao ano de 1997".**

Posteriormente, foi apresentado o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "licenças de pesca"**, o qual foi aprovado por unanimidade, não sem antes terem usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão *(PCP),* Manuel Azevedo *(PSD),* Alvarino Pinheiro *(PP)* e Fernando Menezes *(PS)*.

Finalmente, debateu-se e votou-se, na generalidade e na especialidade, por unanimidade, a **Proposta de Resolução - "licenças de pescas"**, com excepção do artigo 1.º, o qual foi aprovado por maioria.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão *(PCP),* Nuno Almeida e Sousa *(Indep.),* Alvarino Pinheiro *(PP),* Manuel Serpa *(PS),* Manuel Azevedo *(PSD),* Fernando Menezes *(PS),* Jorge Valadão *(PSD),* Eugénio Leal *(PSD),*

Antes de encerrados os trabalhos, foi aprovada, por unanimidade, a **Proposta de Resolução que declara findo o período legislativo de Fevereiro.**

(Os trabalhos terminaram às 14.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia. Peço o favor de ocuparem os vossos lugares para procedermos à chamada.

(Eram 10.15 horas)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio Valadão** Ventura

José Humberto de Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento Ávila**

João Luís Sanchez dos **Santos**

Luís Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Alberto Romão **Madruga da Costa**

Ana Carolina Gomes da **Silva**

António Manuel Silva **Almeida**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador **Fernandes**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Maria Bairos

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga **Greves**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Deputado Independente (Indep.)

Nuno Alberto Barata **Almeida e Sousa**

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a continuação da discussão de ontem.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Faltam aqui alguns interlocutores, porque o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila é que respostou ontem à minha intervenção e neste momento não está na Sala e o Sr. Deputado Paulo Valadão, falou da minha intervenção, mas penso que para concordar.

De qualquer maneira vou dizer alguma coisa, porque eu e todo o meu grupo parlamentar, ontem, durante toda a tarde, suportámos, estoicamente, tentativas de retirar desta Casa aquilo que lhe é próprio: o debate parlamentar.

Deputado Mark Marques *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Ouvimos falar de touros e toiradas, da história dos museus, da saúde, designadamente da psiquiatria e trago para aqui um assunto que pode suscitar debate político e é classificado, pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, como inoportuno, como uma intervenção a propósito e a despropósito e com epítetos deselegantes que nada têm a ver com o assunto.

Citou a palavra "burocra" que eu usei, é tão só um diminutivo de burocrata, porque burocratas, Srs. Deputados, é o que menos falta por essas Secretarias — já no nosso tempo havia e agora não diminuíram nada — com gravata ou sem gravata, sisudos ou risonhos, mas eles aí estão e é que criaram esta portaria sem consultar as pessoas interessadas e as suas associações representativas.

Deputados António Meneses e José Maria Bairos *(PSD): Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por isso mesmo, "burocras" ou burocratas, ...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Não há "burocras" senão na sua cabeça!

O Orador: ... com melhores epítetos ou piores epítetos, o resultado está aqui e foi um mau resultado.

Nós, da nossa parte, não podemos deixar passar esta portaria.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Era melhor abster-se!

O Orador: ... não só este ano, mas nos anos futuros, porque ela atenta contra os direitos dos nossos pescadores, sobretudo dos mais pobres e dos mais velhos.

Deputados António Meneses e José Maria Bairos *(PSD): Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Relativamente à questão da reconstrução que eu aqui abordei, o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila diz que o que é preciso é olhar para o futuro. É verdade.

Ontem, o Sr. Deputado fez vários apelos para que nós olhássemos para o futuro.

Era importante que todos olhássemos para o futuro e fizéssemos poucas reflexões ou menos reflexões acerca do passado, mas a minha intervenção, curiosamente, não precisava dos seus apelos porque terminava assim:

"... dormentes e adormecidos por estas vozes e por promessas diárias, sem concretização, os sinistrados ainda acreditam que daqui por muitos anos tudo estará reconstruído". Isto é futuro, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Não está a falar na Terceira, pois não?!

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas uma palavra em relação a uma coisa que eu preferia não repetir, pois é um bocado o disco riscado, porque o que se tem carreado neste debate em relação à construção, sobretudo a partir de determinada fase, tem sido, continuamente, generalidades.

O que eu gostaria de dizer nesta segunda fase da reconstrução, é que nós passámos algumas fases. Primeiro, não chegavam os pré-fabricados; em seguida, nunca mais estavam montados e depois faltavam pré-fabricados. Numa fase

posterior, nunca mais começavam as pequenas reparações em seguida nunca vinham os gabinetes, depois nunca começava a reabilitação e a reconstrução. Há aqui uma situação de ir de fase em fase, até não ter insatisfação para poder e tentar a capitalização.

Ainda bem que é assim, porque isso faz parte de qualquer um desses processos e, da nossa parte, não somos nós, como se vê, que procuramos capitalizar isso.

O que é mais importante para nós, é responder àquilo que foi aprovado nesta Casa e que exige, e ainda bem que assim é, que se tenham cuidados com a questão arquitectónica, com a segurança, com a adequação do agregado familiar aos seus espaços e isso significa que nós, seriamente, planeámos e projectámos com quem de direito que sabe desta matéria e é por isso que demorámos mais algum tempo.

Qualquer consciência recta há-de perceber que, no final deste processo, se nós conseguirmos executar, dando cumprimento ao diploma que foi aprovado aqui, as situações que estão em marcha, devemos todos ficar satisfeitos.

Até agora, não há desvios que possam ser considerados arrepiadores deste processo e que impeçam de nós pensarmos que o planeamento que foi gizado, está sendo cumprido paulatinamente. Senão vejamos, todos os dados:

Nós já autorizámos e estão aí na iniciativa dos cidadãos, sobretudo do Faial, 156 pequenas reparações precedidas de memória descritiva, fiscalizadas por tranches que são faseadas e isso corresponde a 261 mil contos;

Nós já temos em curso 53 reabilitações — 172 mil contos autorizados;

Já há 12 aquisições de construções sísmicas novas e uma construção fica pronta em Maio. É trabalho que, em termos de autorização em curso, é mais de meio milhão de contos. Isto é trabalho.

Os gabinetes estão passando, rua a rua, casa a casa, fazendo os projectos de reabilitação de todos os cidadãos que, em primeiro lugar, ainda não estão alojados em pré-fabricados, com a colaboração e a indicação expressa dos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia.

Portanto, mais uma vez, o que nós queremos dizer nesta Casa é que, independentemente, da situação que muitos tentam carrear como exemplos

isolados e, abusivamente, pintar o processo da reconstrução à sua maneira, a nossa preocupação é que se a execução do planeamento que nós temos previsto tiver a sua marcha com a "cabeça no seu lugar e os pés no chão", o processo há-de chegar ao fim como deve ser.

Portanto, escusamos de pressa esperta, de azedumes, de situações que, para nós, só fazem sentido de quem está muito preocupado em pensar eleitoralmente e isso pode ser bom ou pode mau.

Para nós, a nossa preocupação não é essa.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS): Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Eu não poderia deixar passar em branco os pressupostos no início dessa sua intervenção, porque, em primeiro lugar, não compreendo que se diga ou que se faça entender que a psiquiatria não é matéria de debate político, quando faz parte de serviços que se prestam e que fazem parte de um serviço regional de saúde.

Em segundo lugar, ontem, eu não falei de psiquiatria. A minha intervenção não foi sobre psiquiatria, mas sim sobre o doente e foi, essencialmente, uma reflexão sobre o doente relembrando o Dia Mundial do Doente.

Portanto, não houve debate político, porque os Srs. Deputados entenderam que não deveria haver, mas, a meu ver, é matéria para debate e é tão importante como esta que agora está sendo alvo de debate, como os sinistrados e os pescadores.

Como pessoa ligada à área dos assuntos sociais, que normalmente é mais marginalizada, eu venho, em nome desta área, dizer que gostaria, muitas vezes, depois de sair daquela tribuna, de ser questionada, por isso acho que até é de louvar, independentemente dos conteúdos, que o meu colega Deputado Rui Pedro Ávila se tenha levantado e tenha dado importância à sua palavra, porque sem isto a sua palavra não tinha a importância que teve.

Eu sinto pena que muitas vezes a minha palavra fique no vazio.

Muito obrigada.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelas palavras da Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Gostaria que ficasse esclarecido que eu não critiquei nem pus em causa, de maneira nenhuma, o conteúdo das vossas intervenções, até, porque elas, à excepção da intervenção da Sra. Deputada Fernanda Mendes, suscitaram não debate, mas suscitaram algumas intervenções de deputados da nossa bancada. Não foi a isso que eu me quis referir.

O que eu me quis referir foi àquilo que nós já temos assistido a algumas sessões plenárias a esta parte, que continuamos a assistir nesta e que estamos preparados para assistir no futuro, ou seja, uma tentativa de anestesiar a Câmara para evitar o debate político, porque convenhamos, Sra. Deputada Fernanda Mendes, nem a intervenção do Sr. Deputado Francisco Oliveira, nem a intervenção do Sr. Deputado Guilherme Pinto, nem a sua intervenção, são, à partida, potenciadoras de debate político.

A minha poderia não ser, mas à partida tinha os condimentos necessários para o ser.

Podia ninguém lhe ter ligado e ela era inócua. Façam isso. Já me fizeram isso várias vezes e a outros nossos colegas nossos.

Deputado Rui Pedro Ávila *PS):* E a mim também!

O Orador: Pois, mas isto não tem problema nenhum.

Isto vem a propósito, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, de eu falar da sua classificação quanto à minha intervenção e eu dizia que tinha aguentando, estoicamente, estas intervenções, não dizendo nada e assisti a outros a classificarem a minha intervenção e está no seu direito. Não há problema absolutamente nenhum.

Voltando para a reconstrução, Sr. Secretário, de facto, nós não nos entendemos nas coisas que dizem respeito à reconstrução e nunca mais nos vamos entender...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Nem é preciso. É preciso é que eu me entenda com os outros Srs. Secretários!

O Orador: ... porque o que faltou até agora Sr., Secretário, foi aquilo que o Sr. disse que estava havendo, ou seja, "a cabeça no lugar e os pés no chão". A "cabeça no lugar e os pés no chão" deviam ter começado logo em Julho e ter prosseguido nos restantes meses até hoje. Mas não, a cabeça andou muito noutros lados.

Há pouco — ainda bem que o Sr. Deputado Rui Pedro está aqui — não frisei uma questão que o Sr. Deputado me suscitou ontem.

Quando V. Exa. me dizia "o Sr. Deputado vem só para aqui falar das mazelas da reconstrução, por que é que não foi para acolá dizer que estão 9 equipas no terrenos, mais isto e mais aquilo?"

Eu, relógio de repetição do Governo?

Isso é o que o Governo faz todos os dias!

E eu ainda vinha para aqui dizer as mesmas coisas que o Governo diz e que os Srs. dizem?!

Não! Eu vou dizer aqui aquilo que o povo que me elegeu me diz continuamente, não só a mim, porque — só para referir um deputado que não é da nossa bancada — ainda ontem o Sr. Deputado Paulo Valadão disse aqui que vai pelas ruas do Faial e que as pessoas dizem-lhe que tudo está na mesma. Não sou só eu.

Só os senhores é que ouvem que tudo está bem, que tudo está a ser reconstruído, que vai ser uma maravilha, mas a história vai julgar...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Pois vai!

O Orador: ... a ausência do trabalho de reconstrução nestes 8 meses.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Manuel Azevedo quis voltar à colação com situações que não têm a ver com o conteúdo e então divaga.

A minha participação política, de a alguns anos a esta parte, procura ser pela positiva. Tem várias situações em que, mesmo quando o Governo não resolvia, juntamente com outros colegas, trouxemos a esta Casa questões concretas, que davam azo a que se encontrassem respostas, a problemas que existiam.

Quando o Governo fazia bem, eu reconhecia isso e dizia-o e é aqui que eu me quero situar.

Se eu não estava aqui no começo dos trabalhos, devo dizer à Câmara que andava a tratar de dois assuntos que têm a ver com a deslocação dos deputados que irão à comissão de defesa na próxima Terça-feira. Portanto, estava a tentar entrar em contacto com o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República e por isso não estive aqui no começo. Desde já peço desculpa, porque sabia que o Sr. Deputado, com certeza, iria intervir, mas fui avisado e subi o mais rápido que pude.

Queria dizer à Câmara que não ficava nada mal ao Sr. Deputado Manuel Azevedo constatar daquela tribuna, como constatou em sede de conferência de imprensa, que era bom que o Governo tivesse adjudicado 15 quilómetros, que é bom que estejam no terreno os técnicos que estão.

Era só isto que eu lhe queria dizer.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Foi uma boa tentativa, mas não conseguiu!

O Orador: Pelo menos esforcei-me!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta foi uma belíssima tentativa, mas eu não vou escorregar porque há colegas meus que têm necessidade de intervir, para trazer para o plenário o tema das conferências de imprensa realizadas ontem.

Só quero dizer ao plenário, em nome do meu colega Duarte Freitas e em meu nome, que nós estamos absolutamente lisonjeados. Uma simples conferência de imprensa para a comunicação social, deu lugar a que viessem os Deputados do Pico, do PS, responder e ainda por cima um membro do Governo, o Director Regional das Obras Públicas. Tiveram que ser 3 de 2 entidades governamentais diferentes para responder aqui a dois simples deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ninguém respondeu a ninguém!

O que os Deputados do PS fizeram foi repor a verdade, que é conhecida, de situações administrativas do Governo que estão publicadas em resoluções do Governo, no Jornal Oficial, e que se querem esquecer e enganar as pessoas, dizendo que não se conhecem essas resoluções.

O que é verdade, toda a gente sabe, já foi dito nesta Casa por mim e pelo Sr. Secretário, é que se o concurso não surtiu efeito foi porque ultrapassou 400 contos daquilo que estava determinado pela Lei das Calamidades.

Não vamos escamotear as questões, porque a verdade é esta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria entrar em discussão, mas mediante isto eu não posso estar calado.

A verdade, pode ser essa, que os concursos tiveram que ser anulados, porque..

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Ah!

O Orador: Ah!!!

Vocês não sabiam...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Vocês?

O Orador: Desculpem. Os Srs. Deputados e o Governo não sabiam que ao fazer aquele tipo de consulta, àquelas empresas, naturalmente os preços iriam disparar? Não sabiam isso?!

Deputado António Meneses *(PSD):* Não sabiam, aprendessem!

O Orador: Tivessem aprendido!

É isso que nós dizemos na nossa conferência de imprensa e o que tem que ser dito aqui é que, em dois anos, meio milhão de contos, que estavam no Plano para as estradas do Pico, voaram. Ninguém desmente.

Este ano vamos pelo mesmo caminho. Está um milhão de contos previsto para a repavimentação de estradas no Pico e o Governo não vai ser capaz de gastar metade e para lá vamos.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Vamos retomar as nossas inscrições no Período de Antes da Ordem do Dia.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a vossa atenção porque a minha intervenção não vai ser motivo de polémica, nem de debate, porque é de uma matéria árida e técnica, mas que também tem que ser exposta nesta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trago neste período dos nossos trabalhos um assunto de interesse político relevante que corresponde às várias solicitações, que os deputados do PSD receberam nos últimos tempos, de muitos funcionários públicos que estão preocupados com os reflexos, para as suas vidas e carreiras, da publicação e

entrada em vigor do decreto-lei que estabelece novas regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras de Administração Pública, denunciando situações destorcidas resultantes dessa reclassificação e exigindo que se faça justiça.

Por isso, consideramos que é nossa obrigação, como representantes do povo, sermos porta-voz destes funcionários e trazer a esta Assembleia e, por esta via, recomendar ao Governo Regional que esta situação seja tida em consideração e resolvida na medida do possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qual é a questão e o que está em causa?

Em, 18 de Dezembro, do ano passado, foi publicado o Decreto Lei n.º 404-A/98 que procede ao estabelecimento de novas regras sobre o regime geral da estruturação de carreiras da Administração Pública.

Este diploma que começou a ser negociado com as estruturas sindicais de Função Pública em 1996 e que só 2 anos depois é publicado, no essencial, consagra 3 linhas de força:

- A primeira, a abolição de um escalão em cada uma das categorias, permitindo assim aos funcionários que a progressão dentro das respectivas categorias se faça mais rapidamente.

- Em segundo lugar, procede-se a um aumento dos índices remuneratórios dos funcionários, ou seja, a uma revalorização salarial.

- Em terceiro lugar, concentra numa única carreira os técnico-profissionais (abolindo os níveis 3 e 4) e extingue a carreira de oficial administrativo criando, em sua substituição, a carreira de assistente administrativo.

Tratam-se de medidas que, na sua globalidade, têm justificações e são positivas.

A questão surge quanto à aplicação do diploma e daquilo que se pretende atingir com ele, a coerência e a equidade do sistema.

Em primeiro lugar, colocam-se questões de natureza técnicas, data de distribuição do Diário da República, data de entrada em vigor do diploma.

Em segundo lugar, e trata-se de uma questão fulcral, é o da data limite da validade dos concursos que estão a decorrer.

Em relação às questões referidas em 1º lugar, existe consenso quanto à data de entrada em vigor do diploma nos Açores, 5 de Janeiro de 99, dado que se assenta no critério da contagem, para esse prazo, ser feito a partir da data de distribuição do Diário da República, 21 de Dezembro, e não na data de publicação do diploma (18 de Dezembro).

Em relação à data limite de validade dos concursos em curso, este novo diploma que estrutura as carreiras, altera uma regra que era seguida até agora e que era a dos concursos serem válidos até à entrada em vigor do diploma e não até à publicação do diploma, como agora é estabelecido.

Em suma, o que está em causa é o prolongamento ou não da validade dos concursos em curso por mais 15 dias.

A questão parece irrelevante, mas não é, porque há muitos concursos, nomeadamente para 3º e 2º oficiais, que foram abertos depois de 21 de Dezembro e que, deste modo, ficariam sem efeito prejudicando muitos funcionários, até, porque o tempo de serviço anterior não conta para efeitos na integração nas novas carreiras.

O que é que os funcionários que nos procuraram pretendem?

Que seja aprovado um Decreto Legislativo Regional que consagra uma de 2 coisas:

- Ou que seja considerada a data de entrada em vigor do diploma como limite para a validade dos concursos que estavam a decorrer, ou seja que se prolonguem a validade destes em mais 15 dias;
- Ou que o tempo de serviço prestado até à entrada em vigor do diploma seja contado para a integração e promoção na nova categoria para os funcionários que perfaçam, entretanto, o tempo legalmente exigido.

Parece-nos que é uma proposta justa, razoável e que irá resolver, parte, das injustiças que o diploma do Governo da República provoca.

Deste modo, e para finalizar, relembraria que pretendemos, com esta intervenção, que as justas aspirações dos funcionários públicos regionais sejam ouvidas no principal órgão de Governo da Região e recomendamos ao Governo Regional que tome as iniciativas julgadas convenientes para resolver o assunto.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD, PS e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Meneses:

Eis uma matéria que embora possa ter alguma aridez técnica, tem também, como se viu, até pela intervenção do Sr. Deputado, reflexos práticos e evidentes na vida das pessoas. Por isso é matéria nobre e bem merece o debate político.

O Governo, conforme sua estrita obrigação, tem acompanhado, desde o início, essa questão e quando refiro início, refiro-me inclusivamente à consulta não só desta Assembleia Legislativa Regional, mas ao próprio Governo, nas diversas versões que o diploma foi tendo ao longo do tempo.

A sua aplicação nos Açores tem gerado alguma quebra de expectativas conforme referiu. Levantou um problema e o mesmo já se encontra identificado, ou seja, ao contrário do que seria habitual, embora seja perfeitamente legal, o diploma estabelece em termos de transição para a validade dos concursos, que só se manterão ao abrigo da lei anterior, aqueles cujo aviso de abertura tenha sido publicado anteriormente à publicação do 404-A/98 e não à sua entrada em vigor. Para esta não há regra nenhuma, portanto aplica-se a regra supletiva dos 15 dias, o que atira, como bem lembrou o Sr. Deputado, para 5 de Janeiro.

Essa questão teve alguns efeitos, porque existiam alguns concursos cujo aviso de abertura tinham seguido o processo burocrático enviado para o Jornal Oficial.

A II Série do nosso Jornal Oficial, ao contrário do que acontece com o Diário da República, é publicada apenas uma vez por semana e não diariamente.

A aplicação desta regra levou a alguma quebra de expectativas, digamos assim, embora haja aí duas situações que é preciso distinguir: os concursos que eram de puro ingresso, de pessoas que não pertenciam pura e simplesmente à função pública e os concursos de acesso de promoção de funcionários, à categoria seguinte.

Com respeito aos primeiros, o Governo Regional resolveu esta situação de imediato, respeitando a lei, embora com mais algum sacrifício burocrático que foi, em termos imediatos e por resolução, considerar que as vagas de ingresso descongeladas para 98, ainda não preenchidas, transitavam para 99. Isto foi feito e a resolução foi aprovada no 1.º Conselho do Governo Regional de 1999, resolvendo-se assim o problema, relativamente aos concursos de ingresso.

No que toca aos concurso de acesso, ou seja, aqueles funcionários que tendo uma determinada categoria teriam, à partida, os requisitos legais, nomeadamente de tempo e classificação de serviço para poderem legitimamente aceder à categoria seguinte por concurso, para esses o problema é um pouco mais complicado. Porquê?

Também aqui temos que ter consciência que há nos Açores, nomeadamente nas carreiras mais atingidas, isto é, a carreira administrativa e a carreira técnica, já a alguns anos, uma diferença prática e fundamental que leva a isto e que, felizmente, significa que os trabalhadores da função pública e destas carreiras, têm uma situação prática bem mais favorável do que têm no Continente. Isto deriva de uma coisa tão simples, ou seja, essas carreiras têm, nos Açores, quadros circulares, o que quer dizer que uma pessoa tendo teoricamente os requisitos de tempo, de 3 anos, e de classificação de serviço, em regra era-lhe imediatamente aberto concurso de acesso à categoria seguinte.

Por exemplo, havia nos quadros 16 oficiais administrativos e não 8 terceiros oficiais, 5 segundos oficias, 2 primeiros oficias, etc..

Isto leva, em termos práticos e não inteiramente jurídicos, que as pessoas pensem, com alguma legitimidade prática, que como fizeram 3 anos na categoria de terceiro oficial, vão ser promovidas imediatamente a segundo. No Continente, se calhar podem ficar 6 anos como terceiro, 8 anos como segundo, etc..

São estas situações que, quer os Srs. Deputados, quer o próprio Gabinete do Secretário da Tutela, como é evidente, têm recebido exposições de alguns funcionários cujos avisos de abertura foram por hipótese publicados a 24 de Dezembro, quando já não podem ser considerados ao abrigo desta lei, ou que até 5 de Janeiro fariam os 3 anos na categoria e consideram que face às suas

expectativas vão transitar para as novas carreiras, numa posição que pensam que não é a mais favorável, porque já têm os 3 anos e pensam que teriam direito a transitarem como se tivessem na categoria seguinte.

Sobre esta matéria, a Presidência do Governo e eu próprio, já ouvimos os Sindicatos da Função Pública e grupos de trabalhadores e estamos, neste momento, a proceder a um estudo prático no sentido de quantificar o número de pessoas que eventualmente estariam nesta situação — como sempre, estas questões têm um determinado impacto orçamental — para podermos, por Decreto Legislativo Regional, ter em conta as expectativas dessas pessoas que, nos Açores, e em virtude de termos um regime que na prática é mais favorável para estas carreiras por termos quadros circulares ao contrário do que acontece no Continente, tinham determinadas expectativas práticas e contavam com determinados efeitos o que a entrada em vigor desta lei geral veio de algum modo, e sobretudo nestes casos, baralhar.

O assunto está sendo estudado e brevemente o Governo Regional terá uma posição concreta sobre isto que poderá eventualmente passar — seria muito bom que assim fosse — pela apresentação de uma medida legislativa a esta Câmara, no sentido de contemplar as expectativas dessas pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dizer ainda bem que o Sr. Deputado trouxe esse problema a esta Câmara.

Nós também temos recebido, no nosso Grupo Parlamentar, alguns trabalhadores que têm este problema, inclusivamente temos recebido muita documentação escrita.

Este é um assunto que nos preocupa e como é nosso dever — é por isso que me levantei — temos, junto do Governo Regional, tratado esta questão e transmitido também a nossa preocupação.

Realmente, como acabou de dizer o Sr. Secretário, é uma situação estranha, porque o diploma que foi aprovado em Lisboa é positivo, mereceu a concordância do Sindicato dos Trabalhadores, mas acaba por ter um efeito perverso nos nossos quadros de funcionários, precisamente porque há um regime de carreiras diferente como aqui foi referido.

Partilhamos dessa preocupação e somos de opinião de que é possível resolver isso e estamos confiantes que o Governo Regional o irá fazer.

Fico ainda mais satisfeito por ouvir dizer aqui que brevemente irão ser tomadas medidas sobre essa matéria.

Portanto, gostaria de salientar que também nós temos essa preocupação e esperamos que ela seja resolvida em breve.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Popular venho a esta tribuna trazer a preocupante insatisfação que se vive no sector agrícola da Região em resultado da falta de medidas e acções governamentais que entretanto têm sido insistentemente anunciadas mas que na prática, infelizmente, tardam em se concretizar.

Apesar das dezenas de milhões de contos destinados a investimento na área da Agricultura Açoriana, a todos os pretextos, insistentemente, divulgados pelos responsáveis políticos do Governo Regional do PS, lamentavelmente, não se constata uma alteração, estrutural significativa num sector cujos principais produtos continuam em permanente desvalorização, caso da carne e do leite, que hoje estão a preços bastante inferiores aos que já tiveram no passado, apesar dos custos de exploração, em média, terem naturalmente aumentado.

Não há dia que os agricultores dos Açores não sejam bombardeados pela poderosa máquina de propaganda governamental, anunciando, a pretexto de um qualquer subsídio ao funcionamento de uma agremiação associativa, o reforço da competitividade nas fileiras do leite e da carne.

Entretanto, a reforma do sector da carne continua por fazer.

O nosso produtor está sujeito à imprevisibilidade da especulação determinada muito mais pelos agentes intermediários do que pelo comportamento do mercado.

No essencial, a parte fundamental da rede industrial de abate continua adiada e, praticamente, os investimentos feitos nesta segunda metade do mandato governamental só terão efeitos na próxima Legislatura.

Embora o Governo Regional tenha manifestado intenção de interferir no processo de escoamento e valorização da nossa produção agropecuária, fê-lo deficientemente, sem um mínimo de garantias e de forma pouco transparente.

O exemplo mais evidente ocorreu com o famigerado negócio dos 100 mil contos que o Governo Regional estabeleceu com a empresa continental SONAE.

Sobre esta matéria importa esclarecer, de uma vez por todas, quais os benefícios efectivos até agora revertidos para a Região, quais os impactos ocorridos no mercado da carne, e os reflexos noutras produções, se os houve.

De resto, sobre esta matéria melhor se impõe que o Governo Regional informe com rigor o Parlamento sobre os precisos termos do contrato efectuado e se o mesmo foi escrupulosamente cumprido.

Aliás, esta Administração Regional socialista tem sido fértil na criação de grandes expectativas junto da agropecuária Açoriana.

A mais recente tem a ver com os extraordinários benefícios económicos que adviriam para o mercado da carne na Região, já que os sanitários eram evidentes, com o facto dos Açores terem sido considerados zona de imunidade face à BSE.

Que medidas foram até agora efectivamente implementadas que valorizassem o escoamento da carne açoriana nesse novo contexto?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sujeitos às contingências climatéricas e às condicionantes da política comunitária, cada vez mais os empresários agrícolas nos Açores dependem dos subsídios instituídos para equilibrarem financeiramente as suas explorações.

Foi nessa perspectiva que o Grupo Parlamentar do PP, na altura própria, apresentou a esta Assembleia uma recomendação, que foi aprovada, no sentido do Governo Regional fazer o que estivesse ao seu alcance para antecipar o pagamento à lavoura dos subsídios de ajuda ao rendimento.

Infelizmente, só em parte é que o Governo Regional minoritário cumpriu com tal recomendação do Parlamento e além disso não foi capaz de zelar para que as restantes entidades envolvidas o fizessem, originando assim que os processos de pagamento das ajudas ao rendimento fossem a um tempo incompreensíveis e inadmissíveis.

Uns tiveram a sorte de receber tudo de uma só vez, como se impunha; outros só receberam metade e ainda outros, já em 1999, ainda não tinham recebido a totalidade das compensatórias.

Esta lamentável ambiguidade de critérios e de procedimentos prejudicou sobremaneira muitos empresários agrícolas dos Açores que passaram por acrescidas dificuldades de tesouraria, num ano em que, por razões climatéricas, ocorreram significativas quebras de produção e num período em que muitos têm de efectuar o pagamento das suas rendas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ainda no que respeita ao relacionamento financeiro entre a actual Administração Regional do Partido Socialista e os empresários agrícolas, importa denunciar o que se está a passar com os Apoios à Motomecanização.

Estamos perante um autêntico desastre político e administrativo, que desacredita as Instituições.

Os atrasos chegam a atingir mais de ano e meio, sem que se descortine qualquer justificação aceitável, já que os orçamentos regionais são aprovados a tempo e horas.

Como é que um empresário agrícola pode tomar decisões, minimamente conscientes e racionais, de investir na aquisição de determinado equipamento, contando com os incentivos governamentais, se depois as entidades públicas não cumprem com a sua obrigação atempadamente, atirando os lavradores para um maior e inesperado endividamento das suas explorações?

Na óptica do Partido Popular é imperioso corrigir este estado de coisas de uma vez por todas, dando as elementares condições de gestão aos nossos empresários agrícolas e respeitando a sua própria dignidade de credores da Administração.

Se os apoios existem legalmente o Governo Regional tem de pagar a sua parte a tempo e horas.

Se os governantes socialistas não querem cativar verbas para esse efeito, então tenham a coragem e a honestidade política de alterarem a legislação, eliminando este tipo de apoio ao investimento na motomecanização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em geral, apesar dos insistentes apelos ao investimento no sector agrícola, é enorme a incerteza que rodeia a concretização dos apoios governamentais legalmente estabelecidos.

Infelizmente, a regra é de que os projectos de investimento, nas suas diversas modalidades, estão demasiado tempo a aguardar decisão das entidades envolvidas, com a agravante de que, posteriormente, os financiamentos não são feitos em tempo oportuno.

Qual o empresário que pode esperar dois anos para que o seu Projecto de Investimento seja aprovado?

Quem é que ainda pode esperar mais quase um ano pelo financiamento do seu projecto? E o pior é que, entretanto, inexplicavelmente, ninguém sabe dar qualquer informação útil, o que por um lado revela o grau de desorganização dos serviços e, por outro, o desrespeito que ainda caracteriza a relação com o agricultor.

De resto, este Governo Regional Socialista tem-se manifestado absolutamente incapaz de romper com uma prática antiga de ineficácia e desleixo que caracteriza as relações da administração regional com os cidadãos e as empresas.

O que se passa com os seguros do gado nos matadouros pode ser elucidativo. Por cada animal para abate o lavrador paga logo o seguro. Porém, no caso de haver qualquer problema, muitas vezes só vem a receber o que tem direito quase um ano depois.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ao trazer a esta Assembleia alguns dos problemas da nossa agricultura não posso deixar de denunciar, em nome do Partido Popular, que os caminhos de acesso às lavouras nunca estiveram tão mal tratados pelos poderes públicos como agora.

Se excluirmos os investimentos que felizmente têm sido feitos nos acessos aos perímetros agrários, o que se passa nos restantes caminhos de penetração é um autêntico caos.

Parece não haver qualquer plano de recuperação e manutenção daqueles caminhos que servem a nossa lavoura ao longo de toda a Região.

O Grupo Parlamentar do PP propôs em 1997, e foi aprovada por esta Assembleia, um reforço da verba para este tipo de caminhos, que, infelizmente, por denúncia dos interessados, parece que não foi executada, naquele ano, pelo Governo Regional.

Seja como for, impõem-se uma absoluta prioridade orçamental e de vontade política para ocorrer a este tipo de carências.

Desde já, e perante a gravidade da situação, o Partido Popular lança um apelo no sentido de que as diversas entidades com jurisdição nesta matéria, Governo Regional, através dos seus diversos serviços, e Autarquias, se entendam no sentido de se arrancar, na nossa Região, com um **Plano de Recuperação das Canadas e Caminhos de Acesso às lavouras.**

Infelizmente, não há "Ralis" todas as semanas em todas os caminhos, para que, só nesses casos, as entidades olhem por eles.

Sr. Presidente:

Finalmente, gostaria de alertar a Assembleia e o Governo Regional para o facto da gestão da Reserva Agrícola Regional estar a gerar grande insatisfação junto dos agricultores e até da população em geral, já que muitos deles estão a ser impedidos de construírem nos seus próprios terrenos, quando a Região, muitas vezes, utiliza sem reserva e como bem entende os terrenos alheios.

Neste particular o Grupo Parlamentar do Partido Popular recomenda o maior bom senso por parte dos Departamentos Governamentais envolvidos nesta

matéria, já que nas nossas ilhas, em certos casos, o que está acima da estrada é **Reserva Agrícola** e o que está abaixo da estrada é **Domínio Marítimo.**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Antes de mais, gostaria que o Sr. Deputado me esclarecesse o que é que entende por alteração estrutural significativa no sector agrícola.

Quanto a mim, essa alteração estrutural tem vindo a verificar-se, desde logo, porque os projectos dos matadouros industriais que levaram anos e anos a serem falados, estão em curso.

Recentemente, foi adjudicado o matadouro industrial de São Miguel que custa mais de 2 milhões de contos.

O processo da Terceira está sendo desencadeado e isto são matérias que não se conseguem resolver de um dia para o outro. Leva tempo, porque são projectos grandes, complicados e difíceis de executar. Isto são medidas estruturais.

Ainda no sector do leite e também da carne, no que se refere às fábricas de transformação do leite, refiro, por exemplo, que vai ser construída uma fábrica em São Miguel cujo investimento é avultadíssimo — mais uma decisão deste Governo — e foi resolvida a questão do sector leiteiro no Pico, cujos agricultores aguardavam o pagamento do leite que produziam há mais de 14 meses. Isto é uma medida estrutural importante.

No caso concreto da UNICOL, na Ilha Terceira, também foram feitos investimentos muito significativos.

Deputado Sidónio Bettencourt *(PSD):* O pagamento é que é estrutural!

O Orador: Tudo isto são medidas que, quanto a mim, podemos considerar estruturais.

Ainda estruturais, são também as decisões deste Governo no sentido de diversificar a actividade agrícola, ou seja, de dar maior celeridade a projectos de investimento que potenciem essa mesma diversidade agrícola, designadamente, através de projectos de horticultura e floricultura que, embora tenham um peso

relativo na economia regional, são processos importantes e que têm tido um andamento mais célere relativamente aos demais.

Em relação a outros aspectos, que foram muitos que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez referência, gostaria de dizer que, no que se refere a outras medidas que têm contribuído para que os agricultores possam ver os seus rendimentos acrescidos, ou pelo menos os custos de exploração reduzidos, temos, por exemplo, o abaixamento do custo do gasóleo agrícola que foi bastante significativo e que foi uma medida deste Governo. O custo das rações tem decido, embora por vezes pontualmente. Também temos os projectos de investimento e já tive oportunidade de dizer aqui este Governo já aprovou mais projectos de investimento que os dois Governos da anterior legislatura.

É preciso ter em conta que o Quadro Comunitário que nós encontrámos quando tomámos posse era um quadro esgotado, sem verbas, porque o Governo do Partido Social Democrata tinha utilizado esse Quadro Comunitário para servir de rampa de lançamento das suas campanhas eleitorais.

De qualquer maneira, temos feito um esforço tremendo e temos dado respostas sucessivas. Temos feito o reforço do FEOGA-Orientação e têm-se aprovado muitíssimos projectos.

No âmbito do ordenamento agrário, como referiu o Sr. Deputado e muito bem, tem-se feito mais investimentos no ordenamento agrário do que nunca.

Na Terceira, por exemplo, círculo pelo qual o Sr. Deputado foi eleito tal como eu, havia um perímetro de ordenamento agrário já com alguns investimentos significativos feitos e outro que tinha sido iniciado. Hoje, há 4 perímetros de ordenamento agrário onde são feitos investimentos significativos.

Eu julgo, Sr. Deputado, que estas medidas têm vindo a ser tomadas de forma sucessiva.

Nalguns aspectos, designadamente nos projectos de investimento, a situação era complicada e este Governo tem dado resposta a muitas dessas situações, embora não a todas.

Gostaria aqui de referir que existe uma situação em concreto que tem constituído, de certa forma, o calcanhar deste executivo. Refiro-me,

concretamente, ao IFADAP que é uma das entidades que tem um papel preponderante na aprovação de projectos de investimento e que nem sempre tem dado as devidas respostas, nem as respostas mais céleres aos nossos agricultores.
Quanto a mim, tem sido a razão de ser de algum descontentamento dos nossos agricultores, mas que não se deve à responsabilidade deste executivo.
Um outro aspectos que o Sr. Deputado também chamou a atenção, e que diz respeito ao pagamento dos prémios ao rendimento, para o qual o seu Partido apresentou uma proposta de resolução para que fossem antecipados os pagamentos, como deve saber, este não é um prémio que seja pago pelo Governo Regional, mas sim pelo INGA, Instituto Nacional, e que não depende directamente da responsabilidade do Governo Regional.
Eu já tive oportunidade de chamar a atenção para alguns aspectos que o senhor fez referência e quero frisar ainda outro que considero essencial, ou seja, quanto a mim, o INGA tem que mandar, para casa dos agricultores, cartas que referenciem exactamente que subsídio é que o agricultor recebe. Só assim é que o nosso agricultor, como empresário agrícola que é, ficará a saber o que é que recebeu e o que é que tem a receber, o que é que recebeu este ano e o que é que recebeu o ano passado.
Esta é uma medida que o Governo Regional terá que desenvolver junto do INGA para que todos saibam o que é que recebem.
O que se passa neste momento, segundo o que o Sr. Deputado referiu, é que alguns agricultores que dizem que receberam tudo, se calhar não receberam, e outros que receberam parte, se calhar já receberam tudo, porque as cartas remetidas não foram suficientemente claras. Esta situação tem que ser de imediato alterada por forma a que o agricultor, como empresário agrícola que é, saiba exactamente o que é que recebeu, o que é que deveria ter recebido e o que é que tem direito.
Por agora é tudo.
Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para aludir a última parte da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quando se refere à dificuldade em construir na reserva agrícola.

Eu tenho acompanhado vários processos nesse âmbito e pedi a palavra para dizer que, enquanto os PDM's não estiverem concluídos, é de todo impossível construir-se sem que isso obedeça a um critério especial, a uma autorização especial por parte do IROA.

Dos casos que me têm passado por perto, nenhum deles ficou sem solução. Basta para isso que a própria Câmara submeta um ofício ao IROA e que o mesmo autorize a desvinculação desse terreno que a Câmara requer para construção habitacional, ou seja, a desvinculação imediata da reserva agrícola.

Que eu saiba, nenhum caso tem sido protelado no tratamento, desde o momento que siga este processo, porque enquanto os PDM's não estiverem concluídos, é impossível ser de outra forma.

Era apenas para prestar este esclarecimento.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Caros Deputados Francisco Oliveira e Élio Valadão:

Começaria pela parte final do Sr. Deputado Francisco Oliveira, mais precisamente no que adiantou quanto ao melindre e às matérias que envolvem a gestão da reserva agrícola.

Em primeiro lugar, como referiu, o que se vive é preocupante, na medida em que talvez algumas das entidades intermediárias não sabem ou não têm orientado correctamente as vítimas do processo.

Em segundo lugar, eu tive conhecimento de um caso — fui alertado, desde logo, para isso — em que alguém tinha adquirido um terreno à longa data para construir numa rua repleta de construção, o terreno na certidão do registo predial vinha mencionado que era de brejo, carecia de autorização por parte da reserva agrícola, foi solicitada autorização e foi indeferido, com casas a nascente, a

poente, a oriente e a leste, com designação na certidão que se tratava de terreno de brejo.

Depois da interferência, até de deputados regionais e de chamadas de atenção de visitas de técnicos do IROA, segundo creio, e de "lobby" feito a todos os níveis, o assunto acabou por ser resolvido positivamente.

Perante o ilógico da resposta do IROA, a Câmara Municipal envolvida não tinha capacidade de, por si só, resolver o problema.

No fundo, todos nós sabemos, porque representamos aqui a população, o grave de tudo isto é o cidadão indefeso ser confrontado com essa malha de exigências, de requisitos para a qual ele muitas vezes não está preparado para saber ultrapassar as dificuldades.

É nesse sentido, com essa agravante, que eu aqui refiro que há casos em que o que está acima da estrada é Reserva Agrícola e o que está abaixo da estrada é Domínio Marítimo.

O bom senso tem que andar aqui permanentemente a acompanhar tudo isso, sob pena de entrarmos num regime de altas restrições relativamente aos interesses e às vontades da nossa população.

Da intervenção do Sr. Deputado Élio Valadão, eu compreendo que faz muito bem o seu papel em salientar aspectos positivos do Plano de Investimento da Administração Regional.

É óbvio, Sr. Deputado, que por enquanto, julgo que são 40 milhões de contos por ano. Deus nos livre se em 40 milhões para 4 anos, por cada mandato, não ficasse alguma coisa. Não é isso que está em causa.

Fez muito bem em registar os aspectos positivos, mas compreenderá que o meu papel aqui é dar conta e voz a algumas insatisfações e alguns descontentamentos.

O que é real — o Sr. Deputado referiu e eu tive o cuidado de salientar no texto da minha intervenção — é que ao nível da rede de abate, por exemplo, a eficácia prática do que se está investindo será a partir do ano 2000 ou 2001.

Eu não estou aqui a fazer avaliações por ano económico, nem tão pouco por mandato. Estou a fazer uma leitura de um sector e dos interessados.

Os anos passam-se, os planos são aprovados e vamos entrar no novo século sem ter a rede de abate industrial, principal e fundamental da nossa Região Autónoma. Isto tem que ser registado e é isso que os interessados lamentam, independentemente, de saber as dotações orçamentais ou de saber se o Governo já tem ou não o projecto, ou se vai ou não avançar.

Também gostaria de salientar aqui que, na minha opinião, todos temos consciência do investimento positivo que foi feito nos perímetros agrários.

O Sr. Deputado referiu situações positivas que têm ocorrido sendo algumas delas realizadas na ilha pela qual fomos eleitos.

O que me choca, e acho que as coisas devem ser ditas, é que, enquanto nós passamos na zona entre a Vila de São Sebastião e a Barraca e olhamos à direita, os caminhos agrícolas de penetração, aqueles que são utilizados por tractores, por equipamentos agrícolas, estão com tapete, na Ilha das Flores, acho que não há ainda uma estrada com tapete, mas provavelmente deve-se ao problema climatérico.

Os nossos lavradores — é bom dizer isso aqui — percorrem com as suas máquinas, carroças e alguns até em cima de burros, dezenas de quilómetros de tapete (valha-nos isso!) e ao lado eles andam, tal como toda a população da Terceira, entre a Vila e Barraca por cima de buracos, a fazer zig-zag pela estrada.

A estrada regional está intransitável e tem fases intransitáveis, porque só se fez investimentos recentes nas zonas de utilização agrícola que estão com excelentes tapetes. Oxalá que haja um plano de manutenção e conservação desses tapetes, porque senão, em zonas que têm algum declive, podemos perder esse investimento inestimável na zona agrícola.

V. Exa. sabe que no resto da Região, e até mesmo no resto da ilha, a situação nunca esteve tão má como está agora. Não há um entendimento entre autarquias, serviços florestais, serviços agrícolas e entidades que intervêm nessa matéria. É um caos absoluto e as coisas não funcionam.

É insustentável manter essa desarticulação, essa ausência de plano para a manutenção dos nossos caminhos agrícolas.

Toda a vida se meteu bagacinas, toda a vida as bagacinas depois das chuvadas no ano seguinte ou daí a dois ou três anos, vinham ter aos caminhos. Mas quando nem bagacina se espalha, quando não se arranjam esses caminhos, estamos a transformar alguns dos nossos caminhos agrícolas em ribeiras e em grotas.

É este o apelo que quero fazer aqui e estou consciente que o Governo Regional e todos nós vamos ter que encontrar uma política que devolva ao sector agrícola as condições mínimas nos acessos às suas lavouras.

Temos que ouvir a Associação Agrícola de São Miguel, os seus lavradores, os da Terceira, os de São Jorge — e vejo aqui sinais positivos — e até se calhar os das Flores.

É nesse sentido, Sr. Deputado Élio Valadão, que o que se faz e se gasta com alguns milhões, não se pode tapar nem fazer silenciar numa situação que, segundo os interessados, nunca esteve tão mal nos Açores, nem no Governo anterior, como os senhores gostam de falar — eu já vou adiantando que raramente faço a defesa do Governo anterior, embora num caso ou noutro se justifique — nem no passado deste século os caminhos estiveram tão abandonados como o Governo agora o está permitindo.

Mãos à obra. Sentem-se à mesa com as autarquias, definam quais são os florestais, os agrícolas, do IROA, ou de quem for, para dar uma resposta aos nossos lavradores relativamente aos caminhos de acesso às suas explorações.

Não serve de nada investir milhões nisto ou naquilo, nos projectos, nas mecanizações se eles não podem chegar com as suas máquinas ao seu destino.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora irei intervir no Período de Antes da Ordem do Dia onde abordarei um conjunto de questões que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou de colocar, gostaria de dizer que subscrevo, integralmente, as denúncias que foram aqui apresentadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Na sequência da reacção do Sr. Deputado Élio Valadão, gostaria de dizer que temos assistido, por várias vezes, à confusão sistemática do que é a responsabilidade do Governo ou dos privados, quanto ao investimento na agricultura, mas isto não é possível enquanto se considerar a rede de abate um investimento público cuja opção é do Governo.

Não se pode confundir uma opção de uma entidade privada que decide investir num quadro legalmente estabelecido, como é o caso da UNICOL e da UNILEITE, afirmando que são projectos do Governo.

Há projectos da iniciativa privada — os projectos da lavoura, das cooperativas ou de qualquer outro tipo de empresas — que são projectos privados, não são projectos do Governo. São projectos que mereceram a aprovação do Governo, porque se enquadram nos critérios estabelecidos pelo próprio Governo e nesse caso pela legislação comunitária.

Não faz qualquer sentido manter, sistematicamente, esse tipo de confusões. Essas não são aceitáveis.

Quanto à rede de abate, gostaria de dizer que não vamos falar de anos e anos.

Em 1995, o Governo Regional solicitou a uma empresa especializada um estudo, e por acaso é o estudo que o Governo Socialista está a ter em conta, que fazia o levantamento da realidade da rede de abate nos Açores e que preconizava um conjunto de medidas e soluções, para a renovação dos matadouros das várias ilhas dos Açores. Por acaso, este é o estudo que o Governo do Partido Socialista está a seguir e foi feito por uma empresa designada, presumo, por Agro-promotora e que mereceu, ao fim e ao cabo, os projectos que já foram iniciados pelos governos anteriores.

Em relação ao matadouro industrial de São Miguel que aqui referiu, a adjudicação tornada pública e assumida durante o presente mês, foi aquela que foi prometida pelo Sr. Secretário Regional que seria realizada em 1997.

Já tive oportunidade de aqui abordar essa questão e de dizer que há, de facto, um atraso de dois anos e que é um compromisso do actual Governo Regional. Só em 2001 teremos o matadouro industrial, de São Miguel, a funcionar.

O matadouro industrial da Ilha Terceira que era uma promessa a ser assumida em simultâneo com o matadouro industrial de São Miguel, porque se tratavam das duas maiores ilhas cuja realidade merecia uma estrutura rápida, implementada a promover o abate, já está remetida, julgo eu, para as "Calendas gregas".

Em relação às afirmações que fez, quanto aos projectos de investimento e à atitude do IFADAP, eu gostaria de salientar que o Sr. Deputado Élio Valadão acabou por contradizer aquilo que o Sr. Presidente do IFADAP de Lisboa disse nos Açores recentemente.

O Sr. Presidente do IFADAP veio responsabilizar os técnicos e os agricultores de que os projectos de investimento, os atrasos na aprovação e no pagamento dos investimentos que decorrem destes projectos, não era da responsabilidade do IFADAP, porque aquele instituto tinha cumprido com todos os pressupostos e com todas as responsabilidades que eram da sua competência. O Sr. Deputado acabou de responsabilizar o IFADAP precisamente pelos atrasos.

O que é certo é que os agricultores continuam a ter atrasos substanciais, quer na aprovação, quer no pagamento dos projectos relativos ao investimento.

Em relação ao pagamento das ajudas ao rendimento, tive oportunidade de abordar essa matéria aqui e vou voltar a fazê-lo dentro de momentos.

No entanto, gostaria de lembrar aquilo que foi o compromisso do Secretário Regional da Agricultura. Houve quase uma tentativa de ridicularizar os deputados da oposição, quando chamaram a atenção para a antecipação do pagamento das ajudas do POSEIMA e das indemnizações compensatórias.

Os senhores reagiram dizendo que não faria qualquer sentido, que o Governo pagasse essas ajudas no dia 29 de Setembro.

Como é que possível que, passados 5 meses, ainda há agricultores que não receberam essas ajudas? Acham que isso é normal? Não comparam isto com o passado? Não dizem que no passado isso já aconteceu?

Não, nunca aconteceu.

Há aqui qualquer coisa que não está a correr bem e que é resultado de uma desorganização financeira e administrativa da Secretaria Regional.

Em relação ao PEDRAA II, quando o actual Governo Regional tomou posse sabia e conhecia claramente a realidade da medida agricultura, do PEDRAA II.

Foi o actual Governo Socialista que propôs um reforço da medida agricultura de 20 milhões de contos. Isto foi documentado no Plano a Médio Prazo que foi posto à consideração desta Assembleia no início do mandato deste Governo para, passados 5 meses, o mesmo documento fazer transparecer um pedido de reforço de 2 milhões de contos.

É óbvio que o actual Governo não consegue assumir o compromisso e as promessas que fez, porque fê-las no pressuposto de um reforço de 20 milhões de contos, quando o dito reforço se situa nos 2 milhões. É natural que não consiga cumprir com as promessas feitas e este é apenas o resultado da excessiva expectativa que foi criada e que não corresponde nem condiz com a realidade.

Deputado José Maria Bairos *(PSD): Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa *(Indep.):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para participar neste debate, e para assinar por baixo das preocupações que foram aqui levantadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, no que diz respeito às pequenas reparações e até médias reparações em caminhos de penetração fora dos perímetros agrários. Esta sempre foi preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Popular e isso é sabido.

Tive oportunidade de colaborar nesta matéria e recordo a esta Câmara que no Plano de 1998 foi inscrita uma verba de 200 mil contos para estas pequenas reparações em caminhos fora do perímetro agrário.

Por incompetência da Secretaria da tutela, esses 200 mil contos foram transferidos para o IROA que por incompetência não podia, obviamente fazer essas pequenas reparações, porque não tinha capacidade técnica e estrutural para isso.

Os 200 mil contos não foram gastos pelo IROA nem foram gastos pelas entidades públicas regionais ligadas à Secretaria da Agricultura, Pescas e

Ambiente que poderiam ter feito essas pequenas reparações. O prejudicado, a montante, foi sempre o agricultor que ficou com os tais caminhos que nem as bagacinas, como disse e muito bem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que vêm do tempo do Estado novo, se fazem agora.

Por outro lado, queria congratular-me pelo facto do Sr. Deputado Élio Valadão ter dito que na Terceira estão resolvidos os problemas de acessibilidade às explorações agrícolas e de outros abastecimentos às explorações.

Quando falo aqui de abastecimento de água às explorações, não me refiro a levar a água à porta das explorações, mas sim pôr umas bicas aqui outras acolá, que nalguns casos distam cerca de 20 quilómetros entre uma e outra e como exemplo temos as Gramas na Ribeirinha só existindo outra nos Barreiros na Lomba da Maia, 20 quilómetros depois e são investimentos da Câmara Municipal da Ribeira Grande, porque o Governo Regional naquela zona não fez um único investimento nessa área.

Quando existe uma rotura de abastecimento nos Barreiros, porque houve chuvadas, caíu uma árvore ou por outra razão qualquer, os lavradores têm que ir aos Moinhos da Lomba da Maia ou às Furnas buscar água, e se é mais grave, se essa rotura se dá na Ribeira Grande ou nas Gramas, os agricultores daquela zona têm que ir aos Barreiros da Lomba da Maia ou aos Moinhos a 20 e a mais de 20 quilómetros de distância buscar água.

Isto não se admite nos tempos de hoje, quando sabemos que em perímetros agrícolas desta Região existem 6 , 10 e 12 bicas até com coberturas para que os agricultores não apanhem chuva e com pisos asfaltados para que os tractores não se enterrem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma vez por todas é preciso que a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, e é pena que o Sr. Secretário não esteja aqui, olhe para o sector agrícola com um sentido estratégico mais apurado e de uma forma mais abrangente em relação a todas as ilhas dos Açores.

Aquilo que nós vivemos no passado, de uma hegemonia de investimentos públicos nalgumas ilhas apenas, não pode continuar no presente.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

No período legislativo de Setembro ou Outubro, levantei aqui o problema do estado dos caminhos agro-silvo-pecuários que mais uma vez foi referido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e com o qual eu concordo. No entanto, gostaria de acrescentar um pouco mais.

Na intervenção que fiz, referi que o comunicado do Governo Regional, aquando da sua visita às Flores, tinha como conclusão e objectivo a execução de protocolos entre a Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente e as câmaras municipais, no sentido de colmatar aquilo que se estava a verificar, ou seja, a ineficácia dos serviços florestais em relação à manutenção dos caminhos.

Na altura disse, e continuo a dizer, que era uma desresponsabilização, por parte do Governo, em relação àqueles que competia executar aquelas obras.

No entanto, se as autarquias estavam dispostas a assumir essa responsabilização, mediante transferência de meios, conforme se mencionava no comunicado do Governo, o problema era dessas autarquias.

Porém, a realidade prova que aquilo que foi escrito no comunicado do Governo, não passou de uma boa intenção, porque, pelo menos no que diz respeito a uma autarquia na qual eu sou membro da assembleia municipal e de acordo com informação prestada na última assembleia municipal, até ao momento, não houve qualquer protocolo e a própria autarquia afirma que está disposta a que se realizem esses protocolos em relação às estradas que necessitam de melhorais no seu concelho.

Embora nós tenhamos aprovado, em 1997, 1998 e para 1999, verbas para a reparação de caminhos, e no plano desagregado, na parte desagregada, existam verbas para todas as ilhas, a realidade é que a inoperância continua e o problema que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro aqui colocou é geral em relação a todas as ilhas dos Açores, porque em todas as ilhas há, por parte das associações

agrícolas e dos agricultores de um modo geral, o descontentamento total em relação ao modo que se encontram os chamados caminhos.

É uma situação que não podemos compreender e que, em nosso entender, deveria merecer algum cuidado por parte do Governo Regional dos Açores, porque atingiu um estado que podemos considerar de degradação total.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em relação a esta matéria já disse e repito: esta Assembleia aprovou verbas no sentido de que existam trabalhos e mais uma vez quero repetir que na própria desagregação do Plano estão espalhados prospectos de todas as ilhas. É fundamental que aquilo que aqui aprovamos seja executado e que os nossos agricultores tenham a possibilidade de se deslocarem e aqui já não digo como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse, ou seja, que se deslocam naquela sumptuosas estradas que foram executadas na Ilha Terceira.

Não podemos desejar isso, mas que se dê a possibilidade dos agricultores terem o mínimo de condições para se deslocarem, porque na Ilha das Flores algumas estradas agro-silvo-pecuárias, neste momento, já nem a pé nos podemos deslocar porque elas estão transformadas em ribeiras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A minha intervenção vem um pouco no seguimento da intervenção do meu colega de bancada, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, onde foram reveladas algumas irregularidades, nomeadamente nos subsídios à automecanização.

É pena o Sr. Secretário da tutela não estar aqui, mas não podia passar sem deixar mais uma reflexão nesta Câmara dando alguns exemplos como se processam os subsídios à automecanização no Corvo.

Um agricultor que comprou uma simples máquina no mês de Setembro do ano passado, só pode apresentar a dita factura, no mês de Fevereiro deste ano. Quando é que vem a receber o subsídio?

Normalmente, o subsídio costuma vir quase um ano depois. Quanto tempo este agricultor espera pelo seu subsídio?

Tem que haver alguma explicação plausível para que isto aconteça. Não é normal uma pessoa comprar uma máquina no ano anterior e só no ano seguinte poder apresentar as facturas. Isto é lamentável.

Tudo o que se passa com a agricultura do Corvo, é lamentável!

Tenho ideia de que o Sr. Secretário esquece-se que aquela ilha vive praticamente da agricultura. Fico com a impressão que o que se investe ali é a fundo perdido, mas isso não é verdade.

O que se investe no Corvo, mesmo na agricultura, não é a fundo perdido. Basta fazermos contas e vemos as quantidades de carne que os agricultores que ali vivem conseguem exportar para o mercado do Continente.

Muito mais se poderia acrescentar, mas acho que hoje não é o dia próprio para discutirmos esta matéria, nesta Casa. Porém, como está ali o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares, espero que ele não deixe isto no esquecimento e seja porta-voz, porque é para isso que ele está ali, tal como nós estamos aqui, ou seja, para sermos porta-vozes daqueles que nos elegeram pondo aqui as suas preocupações e as necessidades que eles sentem na vida.

O Corvo, em agricultura, não é investimento a fundo perdido.

Se olharem ao número de agricultores que ali vive eu não sei se por essa Região fora vão encontrar mais algum que produza tanto como ali se produz.

São estas as reflexões que queria deixar a esta Câmara, porque a agricultura corvina tem que ser olhada com outros olhos e não como tem sido até aqui.

Infelizmente, não é para dizer mal, mas quando as coisas acontecem, aqui é que elas têm que ser postas.

Desde que temos este Governo, ainda não se investiu nada na agricultura na Ilha do Corvo.

Deputado João Cunha *(PSD):* Não é só no Corvo!

O Orador: O debate podia ir mais longe, Sr. Presidente, mas eu não quero estar a falar aqui nas costas de ninguém. Um dia quando o Sr. Secretário estiver ali falaremos olhos nos olhos, porque é assim que gosto de falar, não tenho medo, porque o meu pai é que me ensinou, ou seja, nunca olhar de cima para baixo,

mas também não olhar ninguém de baixo para cima. Olhos nos olhos e esse dia há-de chegar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Foram levantadas aqui muitas questões, com algumas eu concordo, outras nem por isso.

Vou tentar fazer aqui uma sequência que me parece mais ou menos lógica.

Em primeiro lugar, fico muito satisfeito que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro reconheça que existem tapetes na Ilha Terceira — desde já, digo que não é só na Ilha Terceira, também existem noutras ilhas — em bom e excelente estado para os caminhos de penetração na lavoura. De facto, nós consideramos que é essencial, porque provoca um menor desgaste nas máquinas e os acessos são mais facilitados.

Em seguida, gostaria de dizer que o Governo do Partido Socialista o que fez — falando na Ilha Terceira, mas podemos falar de outras ilhas — foi alargar aquilo que já existia apenas para um grupo limitado de agricultores. Este Governo entende que o tempo dos filhos e dos enteados já passou e agora tem de haver igual tratamento para todos.

Por isso mesmo, entendemos, e o Sr. Deputado tem uma certa razão, que não há uma clarificação e o próprio orçamento da Assembleia, por vezes, criou aqui alguma confusão. Lembro-me que, em 97, a Associação Agrícola de São Miguel fez referência que a dotação para os serviços florestais tinha subido substancialmente, quando as dotações para as infraestruturas não tinham subido na mesma medida, só que se esqueceram que há dois tipos de caminhos, há caminhos dos perímetros que são executados pelo IROA e há os caminhos fora dos perímetros que são executados pelos serviços florestais.

Julgo que existe aí uma legislação que não é muito clara em relação às competências. Nalguns caminhos poderá não estar clarificada, mas fora dos

perímetros de ordenamento agrário serão os serviços florestais a executar, dentro dos perímetros de ordenamento agrário será o IROA.

Desde já, gostaria de referir que, no caso da Terceira, nem de perto nem de longe, o problema dos caminhos está resolvido, mas estamos a trabalhar para isso e perceba-se, desde já, que não ficará resolvido nesta legislatura.

Em relação à questão dos matadouros, que o Sr. Deputado muito bem referiu, eles não estarão concluídos senão no ano 2000 ou 2001. O Sr. Deputado sabe o que é que isto demonstra?

Demonstra coragem política deste Governo, porque os matadouros não dão votos.

Nos matadouros vão-se gastar 5 ou 6 milhões de contos e nenhum deles vai dar votos. Se calhar o Governo do PSD nunca fez os matadouros porque tinha consciência disso.

É preciso ter coragem política para executar os matadouros em vez de se aprovar projectos, atribuir subsídios de forma indiscriminada como aconteceu noutras alturas.

A decisão do Governo em fazer esses matadouros só demonstra coragem política. Os matadouros levam tempo para se fazer e só estarão concluídos no ano 2000.

Em relação ao Sr. Deputado António Almeida, quando refere que a questão dos matadouros compete ao Governo e a questão das empresas não compete ao Governo, acha que o caso da Lacto-Pico, se não fosse o Governo a interceder tinha-se resolvido?

Julga que aquilo aparece por obra e graça do Espírito Santo?

Não aparece.

O projecto Lacto-Pico vai ser executado, porque o Governo teve ali um papel, interferiu, fez reuniões e contactou. As coisas não aparecem por acaso.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Como anteriormente não apareciam!

O Orador: Não sei como era antes, mas se calhar também não era assim.

Quanto aos subsídios ao rendimento, que levou o Sr. Deputado António Almeida a dizer que há uma desorganização financeira por parte da Secretaria Regional

da Agricultura, Pescas e Ambiente, gostaria de perguntar quem é que paga os subsídios ao rendimento no caso das indemnizações compensatórias? O Sr. Deputado sabe quem é que paga?

É o INGA, não é?!

O INGA não é a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

É necessário corrigir aquilo que está mal.

Finalmente, no que se refere ao IFADAP, o Sr. Deputado diz que eu vim contrariar aquilo que disse o Sr. Presidente do IFADAP a nível nacional. A mim pouco me importa se vim ou não contrariar, mas o que é verdade é que existem alguns projectos que precisam de maior celeridade, porque são muitos e há alguns problemas de quota que já foram resolvidos.

Recentemente foram atribuídas quotas leiteiras a 59 primeiras instalações e a 72 pedidos de quota, mas também é verdade que o desempenho do IFADAP — sem prejuízo de haver alguma questão de algum projecto menos elaborado, de algum agricultor que não apresentou o documento em tempo útil — tem alguns procedimentos que não são os mais desejáveis.

Digo-lhe apenas a título de exemplo que depois de um projecto aprovado, o IFADAP não pode levar mais que 30 dias para dar resposta a uma solicitação, a uma carta de um agricultor. Tem que haver aqui um limite máximo. Não pode levar 3 ou 4 meses.

Esta já não é uma questão financeira ou de dinheiro, porque o projecto já está enquadrado. É uma questão de tempo, de diligência dos técnicos, de desempenho do IFADAP em ter a preocupação de dar a resposta em tempo útil.

O agricultor se espera 2 anos — é aquilo que acontece neste momento, as pessoas têm consciência e o Governo está a esforçar-se para resolver isto — para o projecto ser aprovado, não pode esperar mais um ou mais 6 ou 3 meses para obter resposta a um pedido.

Finalmente, no que se refere ao caso do Corvo e da motomecanização, gostaria apenas de dizer que esta questão não é um caso do Corvo, é do Arquipélago.

O que acontece é que a legislação define que as candidaturas à motomecanização são em Fevereiro para que a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário se

possa organizar de modo a receber aquelas candidaturas e a instruí-las todas simultaneamente.

O procedimento é este, tanto para o Corvo como para as restantes ilhas.

Parece que no Corvo os subsídios ao investimento não são a fundo perdido. Não é no Corvo nem em parte nenhuma.

Em todas as ilhas há investimentos a fundo perdido e há também investimentos dos proponentes, dos agricultores. O procedimento é este.

Em relação ao investimento no Corvo, de facto, não conheço ao pormenor, mas os agricultores do Corvo têm exactamente os mesmos direitos e possibilidades no que se refere às candidaturas e às possibilidades de se candidatarem aos prémios ao rendimento, aos prémios aos investimento, etc., etc..

Por agora é tudo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que se porventura o pagamento de ajudas não depende do Governo Regional, nenhum membro do executivo pode vir aqui afirmar que, na sequência de um Conselho do Governo, a 24 de Setembro, deliberou-se pagar todas as ajudas ao rendimento.

Deputado António Meneses *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Não faz sentido dizer sistematicamente, quando os agricultores recorrem aos serviços da Secretaria Regional, de que é para a semana, é para o mês que vem, as fitas magnéticas já foram para o INGA, há um problema no INGA, o dinheiro já deve estar na sua conta, mas nada disso acontece. Quando se diz isso, está a enganar-se diariamente os agricultores.

Não vale a pena remeter responsabilidades a terceiros quando se assumem publicamente compromissos nesta Assembleia e com os agricultores.

Em relação ao IFADAP, que eu saiba, o IFADAP é um instituto público e gere dinheiro público. Não vale a pena desresponsabilizar o Governo Regional e procurar remeter as responsabilidades para o IFADAP e ouvir do mesmo o completo adiamento dessas mesmas responsabilidades.

Os senhores que se entendam, porque o que é certo é que a aprovação de projectos e o pagamento as ajudas, têm atrasos substanciais, em alguns casos, como nunca se verificaram no passado.

Se os senhores prometeram mudar, estão mudando para pior.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em relação às ajudas ao rendimento, que o Sr. Deputado referiu, aquilo que eu tenho conhecimento é que o Sr. Secretário afirmou que tinha feito diligências para que as ajudas ao rendimento fossem pagas antecipadamente.

Deputado António Almeida *(PSD):* Eu não!

O Orador: Como o Sr. Deputado deve saber, houve complicações nas fitas magnéticas, nos NIB's. Inclusivamente como nunca aconteceu antes, o pagamento às indemnizações compensatórias foi feito por vezes por cheque, o que nunca tinha acontecido. Foi um procedimento administrativo que não depende da Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente, mas sim do INGA.

Foi um procedimento errado e eu já reconheci aqui. O INGA tem que alterar este procedimento e não pode continuar desta forma.

Não é um departamento do Governo Regional. Esta é que é a verdade dos factos.

Em relação a isto, que fique claro que o Governo fez aquilo que lhe competia.

Se na altura do pagamento não foi possível fazer chegar por transferência bancária à casa dos agricultores aquilo que seria desejável e com o tempo útil que o Governo tinha imposto junto do INGA, pouco mais se pode fazer nesta fase.

O que se pode continuar a fazer é que no próximo ano seja diferente, ou seja, se pague a tempo e horas, na devida altura e se dê a informação devida daquilo que o agricultor está a receber e que, entretanto, se resolvam os casos que ainda estão pendentes.

Este é o ponto da situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar o seguinte:

Eu aceito, nesta Casa, opiniões diferentes, definição de prioridades diferentes, objectivos diferentes e medidas diferentes.

Faltar à verdade, eu continuo a não aceitar.

O que nós decidimos nesta Casa, foi recomendar ao governo que antecipasse, por um mês, o pagamento das ajudas directas ao rendimento.

Nós dissemos aqui que se possível, se pagasse durante o mês de Outubro as ajudas directas ao rendimento.

O que é que aconteceu?

Há agricultores que passados 5 meses ainda não recebem essas ajudas e quem se comprometeu nesta Casa foi o Sr. Secretário Regional dizendo que pagaria todas as ajudas ao rendimento, no dia 29 de Setembro.

Se isso não foi cumprido, faltou à verdade a esta Casa e aos agricultores. Admito tudo menos isso.

É preciso que se reconheça que foi aqui dito, está registado, faz parte do nosso diário das Sessões e não pode ser esquecido nem subvertido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho conhecimento que foi aqui feita uma recomendação ao Governo para que diligenciasse para que fossem pagas as indemnizações compensatórias no mês de Outubro, consoante definição da proposta do Partido Popular. Não foi que pagasse, porque não é o Governo que paga. Isto são apoios comunitários, portanto, o INGA e o IFADAP é que pagam. Não é o Governo Regional nem a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente. É esta a confusão que o Sr. Deputado está a fazer.

Não foi a Secretaria, não foram os técnicos da Secretaria, nem foi nenhum departamento da Secretaria que procedeu erradamente.

Que o Sr. Deputado eventualmente defenda que esses subsídios sejam pagos através do IAMA ou pelo IAMA, é outra questão. Mas, neste momento, o subsídio é pago pelo INGA e este instituto não depende directamente da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente. Este é o ponto da situação.

Em relação a isso pouco mais se pode fazer.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* O Sr. Secretário até brincou com a resolução aqui dentro!

O Orador: Que o subsídio devia ter sido pago na altura devida, que no próximo ano deve ser diferente, que a carta deve ser mais clara, em relação a esta matéria, estamos plenamente de acordo.

Porém, não pode dizer que a Secretaria está administrativamente confusa, não está clara, que os procedimentos não estão correctos, porque não foi a Secretaria que procedeu ao pagamento.

O Sr. Deputado pode defender que o INGA transfira essas competências para o IAMA. É perfeitamente legítimo e aí é a Secretaria a responsabilizar-se por isso.

Entretanto, o que se pode fazer é que o Governo diligencie junto do INGA para que se resolvam essas situações que estão pendentes e para que no futuro o processo não seja idêntico.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que esta matéria está clara, senão vejamos:

Como aqui foi lembrado pelo Sr. Deputado António Almeida, se bem me lembro e já aqui me foi recordado por alguns Srs. Deputados desta Assembleia, o Governo Regional e Sr. Secretário, na altura, perante a proposta de recomendação e o debate que aqui se gerou — chegaram a considerar que aquela iniciativa era extemporânea, revelando como é hábito por parte do Governo Regional em muitas matérias e que caracteriza a sua falta de humildade e algum desrespeito por esta Assembleia, perante as nossas iniciativas — alegaram que de véspera tinham o assunto resolvido.

O Sr. Deputado Élio Valadão lembra-se que o Governo o que quis deixar passar nesta Casa, foi que a iniciativa não tinha lugar, que estava tudo resolvido, que era extemporânea e que eventualmente o conselho de Governo, no dia anterior, já tinha assinado isso tudo. Fôssemos todos descansados para casa que os lavradores iam receber tudo a tempo e horas.

É pena que não tenhamos os Diários da Assembleia disponíveis atempadamente, como todos nós desejaríamos, porque estas coisas teriam muita mais graça se pudéssemos reler aqui o que foi dito na altura.

Eu já não me lembro se o PS votou a favor ou contra essa recomendação.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Eu já lhe digo!

O Orador: Se me desse uma ajudinha agora, eu já tirava conclusões.

É que se o PS votou contra, e eu suspeito que sim, mais um argumento a favor do que se está dizendo, porque o PS acompanhando o seu Governo, considerava que era desnecessária a recomendação política que aqui se estava fazendo. Sobre esta matéria estamos entendidos.

A coisa não correu bem, como o Sr. Deputado aqui referiu com a sua honestidade política que caracteriza as suas intervenções. Correu mal e é isso que nós estamos aqui a concluir e a chamar atenção, porque correu mal com prejuízo para os agricultores.

Uma outra questão, se me permitem, que releva aqui o que foi insistido por mim e por outros senhores deputados que intervieram, nomeadamente o Deputado António Almeida, e que o Sr. Deputado Élio Valadão recorrendo ao rigor das coisas distingue o que é da competência do Governo e o que é da competência do IFADAP/INGA.

Sr. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O que é preciso, de uma vez por todas, é assumir aqui o rigor das coisas. Todos nós percebemos o que é da competência do Governo e o que é que pertence a esses institutos.

Só que o que se passa no dia-a-dia é que os poderes públicos regionais, junto do eleitorado, perante a comunicação social, não fazem essa distinção, pelo

contrário, tudo o que é bom o Governo chama a si, tudo o que é mau, é dos outros e dos institutos.

Isto faz-me lembrar uma situação que tivemos aqui a algum tempo, em que quando havia um ano de grande captura de atum, o Governo chamava a si o mérito e apresentava as estatísticas, julgo, inclusivamente, que o Deputado Augusto Elavai trouxe estatísticas sobre isso para dar a conhecer o grande mérito das taxas de crescimento das capturas do atum.

Veio um ano em que as águas estão frias e não se conseguiu captar atum, então aí a culpa foi do clima.

Em que é que ficamos?

Quando se capta atum, o mérito é do Governo. Quando não há atum, a culpa é de Nosso Senhor. Não!

(Risos da bancada do PSD)

Vamos pôr as coisas no seu lugarinho.

O Governo, para ser coerente e rigoroso, não pode chamar a si todas as matérias que de bem acontecem nos Açores e tem que ter a moral de, nos casos que lhe são alheios — e eu reconheço que há casos que lhe são alheios, por isso nós aqui colocamos o princípio de que o Governo interferisse, zelasse junto de todas as entidades — reconhecer apenas que não foi capaz de sensibilizar as outras entidades e não pode ser directamente responsável.

Estamos todos de acordo, mas temos que ser coerentes. O que é do Governo é do Governo, o que não é do Governo não é do governo. Só que não é isso que nós assistimos no dia-a-dia.

Vozes da bancada do PSD e do Deputado Independente: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria colocar aqui três questões.

A primeira prende-se com o facto de alguns agricultores, no Corvo, não terem ainda recebido as indemnizações compensatórias.

Não sei se a culpa é do IFADAP, do INGA ou do Governo, mas quando se procedeu às transferências bancárias para a conta de alguns agricultores, deram o número da conta errada e levando a que os agricultores ainda não tenham o seu dinheiro.

Eles têm procurado regularizar a sua situação, mas continua tudo na mesma.

A segunda questão, diz respeito à Casa de Matança do Corvo que está concluída há meses, mas continua de porta fechada, talvez esteja à espera de uma vaca para entrar lá dentro, mas vacas não há muitas.

(Risos da bancada do PSD)

A terceira questão, uma questão de grande importância para a Região Autónoma dos Açores, nomeadamente para a agricultura, diz respeito ao parque de leilões de Palmela.

Há anos que vou a Lisboa, nomeadamente a Palmela, fazer leilões de gado e o que noto é que o parque continua na mesma situação, ou seja, ninguém sabe se o parque é da CAP, se é dos Açores ou a quem é que pertence.

Tenho tentado falar com o Sr. Secretário sobre essa matéria e ele uma vez diz que já está quase resolvido e outra vez diz que já está resolvido e que a federação já está a tratar do assunto, mas continuamos da mesma forma.

Acho que isto é um passo muito importante para a Região Autónoma dos Açores, porque a base da nossa economia é de facto a agricultura e sem aquele parque será muito difícil colocar gado no Continente, nomeadamente das ilhas das Flores e do Corvo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Julgo que quanto ao pagamento de ajudas ao rendimento estamos todos de acordo em que o processo não correu bem e sobre isso não vale a pena debruçarmo-nos mais.

Gostaria de lembrar que, na altura, quando o Partido Popular apresentou a sua Proposta de Resolução, eu próprio tive oportunidade de dizer que já tinha sugerido essa ideia ao Sr. Secretário Regional e que a mesma não tinha sido minha, mas sim uma ideia que eu tinha colhido junto das Associações Agrícolas.

Elas próprias sugeriram que as indemnizações compensatórias fossem pagas antecipadamente de modo a compensar a perda de rendimento que o agricultor tinha tido naquele ano, devido à seca, devido ao mau Inverno a que esteve sujeito e, por isso mesmo, era uma ideia que já tinha sido lançada, não era novidade nenhuma.

É verdade que o Sr. Secretário estabeleceu um contacto com o INGA no sentido da antecipação ser feita e foi isso que ele comunicou aqui. O processo não correu bem, mas toda a gente reconhece isso. No próximo ano tem que correr melhor.

Os casos que estão por resolver, pois que sejam resolvidos de imediato e que no próximo ano o INGA tenha o cuidado de — aliás eu já chamei a atenção para isso — informar o agricultor do que é que ele, no preciso momento, está a receber, porque ele não sabe e fica sempre sem saber se lhe falta receber alguma coisa ou não e quais são os prémios a que tem direito.

Hoje em dia qualquer empresário faz contas. O agricultor também as faz, por isso tem que saber o que é que recebe, o que é que tem direito e o que é que ainda lhe falta receber.

Em relação às indemnizações compensatórias, quer no Corvo, quer noutro lado qualquer, tem que se proceder assim.

Para terminar, e no caso do parque de Palmela, a informação que eu tinha — e isto já há algum tempo, não sei que contactos é que foram estabelecidos recentemente — era de que o parque tinha sido entregue à CAP e que as federações e as associações agrícolas tinham que diligenciar também junto da CAP para que pudessem utilizar o parque, só que havia que definir em que condições.

Este era o ponto da situação.

Deputado José Manuel Nunes *(PSD):* Isso tem sido sempre assim!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero crer que ouvi há pouco um aparte do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, em que disse que não tinha feito nada, mas que tinha feito a Casa de Matança. É verdade.

É bom que as questões fiquem claras.

A Casa de Matança fez-se porque era uma obrigação da Comunidade Europeia, mas se não fosse essa obrigação, eu não sei se ela estaria feita ou não Sr. Secretário.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Foi uma obrigação apenas de há 2 anos para cá!

O Orador: Vou-lhe dizer mais uma coisa: a Casa de Matança não é a base da agricultura do Corvo.

Nós não podemos começar a construir uma coisa de cima para baixo, mas sim de baixo para cima.

Neste momento, o que se passa no Corvo é que faltam-lhe as bases. Eu já referi isso muitas vezes aqui dentro e hei-de continuar a referir enquanto elas não estiverem lá, Sr. Secretário.

Era apenas isto que eu queria esclarecer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu pedia ao Sr. Deputado João Greves que seguisse o conselho do seu companheiro de bancada, Deputado Alvarino Pinheiro.

Da mesma forma que o Governo tem que chamar a si aquilo que, de facto, é dele — quando as coisas são boas é obra do Governo, quando são más é dos outros — também a oposição tem que reconhecer aquilo que é deste Governo.

Neste exemplo concreto, a Casa de Matança do Corvo, como foi este Governo que a fez, foi por imposição da Comunidade Europeia. Reconheça, Sr. Deputado, que foi este Governo que a fez.

Digo-lhe mais:

Isto é semelhante ao que disse o líder do Partido Social Democrata quando referiu que o abaixamento da energia se fez na Região por imposição da Comunidade Europeia. Não, senhor. Foi este Governo que diligenciou por isso.

Reconheçam também os senhores aquilo que há que reconhecer a este Governo, porque este Governo só chamará a si aquilo que lhe é de direito.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* O pior é que chama o que é de direito e o que não é de direito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Meu caro amigo e Deputado José Élio Valadão:

Eu não falo pela boca de ninguém, portanto, não sei o que é que disse o líder do Partido Social Democrata. Eu falo pela minha boca e pela daqueles que me elegeram. Por isso vou continuar a falar sempre aqui.

É verdade que a Casa de Matança está feita e foi feita por este Governo.

Mas o que eu defendo aqui é que ela já há muito tempo estava decidida, levou muito tempo para ser feita e para sermos realistas ela constou nos planos durante quase 20 anos e só agora é que foi feita. A verdade é esta.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* E foi feita por este Governo!

O Orador: Foi por este Governo, sim senhor!

Deputado Francisco Sousa *(PS):* E a queijaria?

O Orador: A queijaria ainda não está feita, mas digo-lhe, desde já, que houve um grande esforço da Câmara Municipal do Corvo.

Este Governo teve a felicidade de acabar aquilo que estava a "pingar na calha". Este Governo teve essa felicidade, mas acredito que qualquer governo que fosse eleito, faria aquilo.

Se não houvesse um governo que tivesse a coragem de fazer aquilo que está mesmo a "pingar na calha", deixava muito a desejar aos açorianos. Esta é a verdade nua e crua.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos retomar as nossas inscrições do Período de Antes da Ordem do Dia.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A acessibilidade é também um factor de desenvolvimento. Uma rede eficiente de transportes marítimos, de transportes aéreos e de vias terrestres facilitados determinam, em larga medida, o desenvolvimento das regiões e das populações. Tal como as acessibilidades, a implantação dos equipamentos colectivos e dos Serviços, condicionam o modelo de crescimento de uma ilha, de uma região ou de um país. Ao longo dos 500 anos de história desta Região, quantos exemplos de localização de determinados investimentos traçaram o rumo para o crescer de uns e para o minguar de outros. Como tem sido persistente a batalha dos que não puderam acompanhar o desenvolvimento dos outros, no intuito de recuperar a posição perdida ou de conseguirem aquilo que sempre sonharam. Veja-se o combate das ilhas mais pequenas. Veja-se o que aconteceu a Vila Franca — as terras soterram-na no Séc. XVI. Veja-se também a ausência de um porto de abrigo na Ribeira Grande e as calamidades que se lhe abateram, também naquele século. Foram factores que impediram estas duas vilas, de então, de darem o salto no desenvolvimento que Ponta Delgada deu. Foram exemplos de forças naturais que aqui determinaram o rumo dos acontecimentos. Mas, pelo contrário, quando o Concelho da Ribeira Grande, por exemplo, perde o aeroporto e é contemplada com a teimosia de não lhe ser valorizado o litoral da sua cidade, traça-se dessa forma, por decisão política, o rumo dos acontecimentos que, neste caso, condicionou o nível de desenvolvimento em que se encontra.

Acreditamos que há factores que pela sua natureza são incontornáveis e que influenciam profundamente as decisões políticas. Mas quando essas decisões são

contra-natura ou que afrontar a realidade do que seria visivelmente natural, aí que ninguém se cale, aí que ninguém abafe a sua denúncia e indignação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É já do conhecimento público a intenção do Governo em proceder à repavimentação do actual traçado da estrada Ribeira Grande - Ponta Delgada, em detrimento da sua ampliação para 4 faixas de circulação.

No entanto, e talvez para atenuar o desagrado que tal decisão provocou na população da Ribeira Grande, muito recentemente, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos divulgou a intenção da construção de uma nova estrada, essa sim, de 4 faixas, que ligará a Ribeira Grande a Ponta Delgada, mas com um pequeno senão! É que no meio dessa estrada deverá ficar a Vila da Lagoa. É essencial a construção de uma nova estrada que ligue a Lagoa à Ribeira Grande, também é de muita necessidade que se construa entre Ponta Delgada e Lagoa uma nova via, moderna e a pensar no futuro. Dizemos sim a tudo isto! Porém, estas novas vias não poderão servir de argumento para não se construir uma de 4 faixas entre Ponta Delgada e Ribeira Grande onde se garanta mais fluidez de trânsito e de segurança e até facilitará o trabalho da PSP. É entre estas 2 cidades, que circula mais tráfego em toda a Região. Esta situação merece, de facto, outra atenção. Certamente que agora irão chover os argumentos técnicos, que até poderão convencer muita gente, mas que não deixam de ser insuficientes para tornar consensual esta decisão. Ela não favorece, à partida, as necessidades da população ribeiragrandense, nem promove o potencial de crescimento do Concelho da Ribeira Grande. Ela não teve em conta, possivelmente, o valioso contributo que o Concelho da Ribeira Grande deu, dá e dará ao desenvolvimento desta Região.

Aqui deixo, pela 3ª vez, o meu contributo. O recado está dado, os argumentos estão lançados, a decisão foi tomada, resta-nos esperar pela resposta do povo.

Mas, ainda com alguma esperança de que nesta matéria haja bom senso, solicito ao Senhor Presidente do Governo, que não está presente, e ao Senhor Secretário, e com o apoio de todos os Deputados de São Miguel, que, pelo menos, reanalizem mais uma vez esta decisão.

É no rasgar dos caminhos do futuro que de entre os políticos se distinguem os verdadeiros estadistas.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Xavier, em relação a esse investimento que está previsto no Plano e que está contabilizado.

De facto, já houve uma decisão sobre esse investimento, mas não é uma decisão política, tem a ver com os constrangimentos técnicos da estrada Ribeira Grande.

Em primeiro lugar, não há, em nenhuma parte do mundo, ninguém que construa uma auto-estrada em cima de uma estrada existente e por uma razão muito simples, ou seja, todos os cidadãos têm direito a utilizar estradas nacionais ou, neste caso, regionais e têm direito a circuitos alternativos de maior qualidade e de maior rapidez para, se quiserem, poderem utilizar.

Em segundo lugar, a estrada da Ribeira Grande tem muitas construções que foram autorizadas, ao longo destes anos, que impedem um traçado de uma via rápida como seria com 4 faixas.

Em terceiro lugar, a estrada da Ribeira Grande tem mais de 20 passagens de nível ao longo do seu traçado, contando com caminhos paralelos, servidões a pastos, que eram incompatíveis com uma via de 4 faixas.

Em quarto lugar, a actual estrada da Ribeira Grande, tem possibilidade de ter uma alternativa rápida, que até é mais barata, porque vai atravessar um outro tipo de terrenos e faz essa ligação entre a variante à Ribeira Grande e o futuro nó da Atalhada de Ponta Delgada/Lagoa com o mesmo ou menos tempo do que seria a actual estrada da Ribeira Grande.

Por outro lado, todo o trânsito que se deslocaria na estrada da Ribeira Grande com 4 faixas, poderia ser tudo, menos tractores, triciclos e situações que, pelo novo Código de Estrada, impediriam qualquer movimente entre aquele que se desloca da cidade da Ribeira Grande para Ponta Delgada.

Portanto, não foi nenhuma decisão política. Aliás, estava projectado para o Nó da Manguinha, perto da zona do Grilo, para ser a zona de distribuição do tráfego da Ilha de São Miguel para a costa Norte e para a costa Sul. Está descentrado para o nó da Atalhada na Lagoa, exactamente, porque não é possível continuar esse investimento com 4 faixas nessas estradas, pelas razões que já foram aqui aduzidas.

Essa apresentação pública que teve a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que já tinha sido até mesmo precedida de uma conversa com ele, foi entendida, porque há uma alternativa para as 4 faixas e para a fluidez do tráfego da estrada da Ribeira Grande, que é a estrada regional 7-2ª., que entroncará no nó da Atalhada e permitirá a todos aqueles que vêm da Costa Norte e que vão ou para a Lagoa ou para Ponta Delgada, fazerem a viagem em menos tempo, porque podem andar mais depressa e com segurança.

Não há nenhum prejuízo.

O que vai haver é um investimento na estrada da Ribeira Grande onde, havendo circulação de rápidos e de lentos, — havendo 3 faixas na maior parte do traçado, havendo zonas de desaceleração para a Canada do Peixe Assado, da Merca, etc., todos aqueles entroncamentos que agora são conflituosos — melhora a segurança rodoviária daquela via, melhorando também o pavimento e a sinalização.

Este é um investimento que o Governo considera sério e que nós pensamos que vai resolver as principais situações de gravidade em termos de segurança naquela via que, efectivamente, é uma das vias mais solicitadas actualmente nos Açores. Há contagens que apontam para mais de 5 mil viaturas a passar por dia naquela via.

Isso significa também que a nossa preocupação é descentralizar o tráfego que chega à Ribeira Grande e naturalmente que vem de Ponta Delgada ou da Lagoa, ou que vai da Ribeira Grande para Ponta Delgada ou Lagoa.

Com este investimento alternativo da 7-2ª., ficam garantidas maiores condições de segurança, não só pela intervenção que nós vamos fazer, como pelo desvio de tráfego que vai ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Reconheço que é uma decisão difícil, mas nem por isso deixa de ser uma decisão política. Embora seja fundamentada em decisões técnicas, é sempre uma decisão política, porque são os políticos a definir, não deixando de ser mais ou menos valiosa. Neste aspecto, julgo que estamos entendidos.

Em relação à estrada é conveniente repensar, porque há opiniões técnicas diferentes e a Câmara deliberou ontem, por unanimidade — creio eu — criar uma comissão técnica para reestudar o assunto e era interessante que colaborassem conjuntamente na análise do projecto.

Portanto, nós não queremos criar obstáculos à decisão do Governo e eu não quero politizar, partidariamente, a discussão deste assunto, mas convido V. Exa. a ir à Ribeira Grande para explicar esta situação à população.

Talvez fosse uma forma de melhor pedagogia e de percebermos mais facilmente as razões técnicas de um lado e as razões técnicas do outro.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vive-se na agricultura europeia mais um momento decisivo que condicionará o rendimento dos agricultores, as suas condições de vida e o desenvolvimento do mundo rural.

Com a realização do Conselho Europeu de Ministros da Agricultura, que culminará esta semana na Cimeira Extraordinária Informal de Bona, a presidência Alemã procurará chegar a um acordo geral sobre a reforma da Política Agrícola Comum

O anúncio da conclusão das negociações da Agenda 2000, para finais de Março de 1999, fez transparecer as preocupações dos representantes dos agricultores.

Os Açores têm razões para partilhar essas preocupações europeias, ainda mais se tivermos em devida conta, a relevância do sector agrícola no contexto económico e social da Região.

Denunciamos, por várias vezes, nesta Assembleia a ausência de uma estratégia clara e determinada, do Governo Regional, face aos desafios com os quais se confronta a Agricultura dos Açores.

Não faz qualquer sentido que, nem antes nem depois, da apresentação do documento Agenda 2000 o Governo Regional, apesar dos desafios por nós formulados e apesar das posições denunciadas pelas Associações Agrícolas e de Jovens Agricultores, a Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente não se tenha dignado apresentar o diagnóstico da situação económica, social e financeira do sector agro-pecuário açoriano documento este a ser ratificado pelas organizações de agricultores.

Da mesma forma, num quadro de revisão da PAC, não se entende por que razão os Açores não apresentam a sua posição sobre o futuro da política agrícola regional no quadro das previsões da reforma da PAC após 2000.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A reforma da PAC açoriana chama-se, em nosso entender, POSEIMA. Mas agora certamente um POSEIMA diferente adaptado as novas realidades agrícolas juridicamente mais consistente com as alterações do Tratado da União.

Se este foi o programa que permitiu, a partir de 1992, um regime de excepção às medidas adoptadas pela União Europeia financiando um regime específico de abastecimento e um conjunto de medidas a favor das produções dos Açores, estranhamos a falta de atenção atempada no estudo participado para a formulação das melhores propostas.

Em momentos de mudança o debate é importante e o trabalho de concertação com os parceiros sociais da agricultura, imprescindível.

Nos Açores não assistimos a nenhuma destas tarefas o que está a ter como consequências:

1° A falta de informação dos agricultores e dos vários agentes do sector.

2° A desarticulação na adopção de medidas concretas e consensualizadas com os agricultores.

3° A ausência de uma posição comum dos Açores junto da
União Europeia.

Concluímos que, se os responsáveis políticos governativos não têm uma visão decidida sobre o futuro da agricultura açoriana, também não serão capazes de o fazer face às novas perspectivas para o sector no quadro da reforma da Política Agrícola Comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa rever a relação de compromissos do Partido Socialista, do Governo e do Secretário de Agricultura com os agricultores e com esta Assembleia.

A lembrar:

Não aceitamos que um membro do Governo se afirme perante esta Assembleia, condenando o apelo dos deputados no sentido de se antecipar o pagamento das ajudas ao rendimento dos agricultores.

Foi uma atitude tão prepotente quanto incompetente ao procurar ridicularizar a posição dos deputados para agora constatarmos que afinal quem esta ridicularizado é o próprio Secretário de Agricultura.

Afirmar nesta Casa que estariam a pagamento a 29 de Setembro passado, os apoios ao rendimento aos agricultores, para se confirmar que, passados cinco meses, ainda há agricultores que não receberam essas ajudas a que têm direito.

Caros companheiros, neste campo, tem sido uma autêntica vergonha.

Para quem prometeu mudar, acertou: mudou para pior.

Defraudados estão também os agricultores que aguardam desesperadamente a aprovação e o pagamento de subsídios relativos aos projectos de investimento das suas explorações.

Não aceitamos que o Presidente do IFADAP/Lisboa venha aos Açores remeter as responsabilidades dos atrasos aos próprios técnicos e agricultores.

Se os atrasos não são do IFADAP são, sem dúvida, da Secretaria Regional de Agricultura.

Não se cumprem os prazos de verificação documental das candidaturas, nem os prazos para apreciação e aprovação dos projectos, nem os prazos para o pagamento das ajudas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da carne de bovino, não se antevê também uma orientação coordenada e não se cumprem datas para nada.

Adjudicou-se agora a construção do Matadouro Industrial de S. Miguel, um acto prometido para 1997 e com o prazo de 2 anos para a execução da obra, cumprir-se-á o que aqui disse: teremos o matadouro a funcionar no ano 2001.

Mas um matadouro para quê se não há uma política regional para a carne de bovino.

Com as promessas de abandonar a exportação de gado vivo, com a confirmação que se orientarão as medidas no sentido de se avançar para o abate na Região, como devemos interpretar os recentes resultados do abate de bovinos verificado em 1998?

Abateram-se, em 1998, menos 11,3% dos bovinos abatidos em 1997.

Para quem apregoou aos sete ventos uma revolução no sector da carne e afirmou que se abatiam bovinos como nunca — temos os resultados à vista.

O marketing tem sido num sentido, os resultados são precisamente contrários.

Não estará, porventura, na hora da criação de um programa que garanta, por um lado, um rendimento aceitável aos produtores e, por outro, condições para quem procede à engorda e acabamento de bovinos?

É preciso repensar o abate de vitelos à nascença. Estamos a hipotecar o futuro da carne açoriana.

E assim se vai adiando novamente o processo de certificação da carne dos Açores por mais seis meses, aquele que era para estar a vigorar em 1997, segundo o prometido.

No mesmo subsector, o Governo já não fala do protocolo com o Grupo SONAE, aquele que previa a aquisição de 2 milhões de contos de produtos dos Açores até Janeiro passado e um conjunto de acções que ninguém sabe quando e onde foram efectuadas.

No controlo da BSE nada se diz ou faz quanto à importação de animais vivos para a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acaba de confirmar-se o que tivemos oportunidade de aqui afirmar sobre o futuro das culturas industriais e das indústrias associadas.

Assistimos a posições públicas das indústrias transformadoras de beterraba, do tabaco e agora da chicória.

Alertamos, há mais de um ano, o desalento dos proprietários da única fábrica de chicória da Região ainda activada, para a sua importância na rotatividade das culturas e na preservação dos solos e desafiamos o Secretário de Agricultura a definir-se e a decidir-se.

Na altura, a resposta foi a do desconhecimento de tal situação, mas que logo iria intervir na manutenção daquela cultura e da referida unidade industrial.

O resultado esta à vista de todos. Nem este único empresário mereceu sequer resposta e atenção do responsável do Governo.

Será este o apoio claro e inequívoco à diversificação da Agricultura açoriana?

Só podemos concluir:

Este Governo não opta, nem decide, empata.

Cá estamos a confirmar o que dissemos, prontos para mudar o futuro.

Tenho dito.

Deputado Victor Cruz *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu vou pronuncair-me apenas em relação a uma parte da intervenção do Sr. Deputado António Almeida, uma vez que a outra já foi amplamente debatida no debate que antecedeu as últimas duas intervenções.

Eu vou referir-me, em concreto, à Agenda 2000.

Eu não percebo onde é que o Sr. Deputado António Almeida vai buscar a ideia de que a Secretaria não tem uma posição em relação a essas matérias e que não estabelece contactos.

Em relação ao POSEIMA, por exemplo, o Sr. fez referência de que o Governo e a Secretaria não se tinham pronunciado sobre essa matéria. Eu vou ler-lhe dois pontos de uma declaração da Associação Ultraperiférica para o Desenvolvimento do Mundo Rural — o Sr. Deputado certamente saberá do que é que eu estou a falar — uma reunião que teve lugar em Martinica a 4 de Fevereiro, ainda não fez um mês:

"Solicitiar à Comissão Europeia o maior apoio às RUP's - Regiões Ultraperiféricas, mediante a manutenção e o reforço do suporte financeiro dos POSEI's, POSEIDOM, POSEICAN e POSEIMA.

Solicitar à Comissão Europeia a salvaguarda de comercialização dos produtos das RUP's adoptando quantas medidas sejam necessárias para compensar os custos derivados da distância e insularidade desses territórios."

No que se refere aos demais temas, designadmente os apoios no âmbito do FEOGA, a Secretaria tem diligenciado para que a dotação do FEOGA-Orientação, se mantenha pelo menos igual ao do anterior Quadro Comunitário de Apoio com a vantagem das indemnizações compensatórias transitarem para o FEOGA-Garantia, ou seja, isto poderá libertar neste Quadro Comunitário de Apoio, no próximo, 2000-2006, qualquer coisa como mais 7 milhões de contos. Isto é uma posição da Secretaria.

Quanto a planos de desenvolvimento, eu vou apenas citar mais um:

A Secretaria tem um plano de desenvolvimento florestal para o Quadro 2000-2006, assim como tem noutras áreas de actuação.

O que não me parece lógico é que fique aqui a ideia de que, no âmbito da discussão da Agenda 2000, a Secretaria Regional não tenha posição, não saiba o

que é que quer, porque isso não é verdade. Eu estou a demonstrar-lhe por "A+B" qual tem sido a posição da Secretaria Regional, pelo menos aquela que eu tenho conhecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à matéria da Agenda 2000, ela não pode ser tratada com a leviandade que eventualmente se possa pensar.

Está-se, no Quadro da Agenda 2000, a formular as políticas sectoriais que definirão o que irá passar-se no período 2000/2006.

Recordo que em Maio de 97, se não estou em erro, o Sr. Presidente do Governo num discurso que aqui fez, no quadro da apreciação do Plano de 97, referia que o Governo Regional tinha apresentado a sua posição sobre a reforma da PAC e a revisão do POSEIMA junto do Ministro da Agricultura e das instituições comunitárias.

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, formalizámos, logo de seguida, um requerimento, presente a esta Assembleia, a solicitar a cópia desses mesmos documentos.

Estamos em Fevereiro de 1999, e não obtivemos, ao contrário do que o Governo é obrigado, qualquer resposta a esse requerimento.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* É o normal!

O Orador: Mais tarde, num dos debates sobre essa matéria, o Sr. Secretário Regional teve o cuidado de dizer que, no âmbito das negociações e quando há um processo negocial dessa natureza, o segredo é importante, o sigilo é importante.

O sigilo é tão importante que, hoje, no Jornal Açoriano Oriental, na sequência de uma intervenção do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Sanchez da Costa, ontem, numa reunião promovida pelo Partido Socialista Europeu, dizia o seguinte:

"O tratamento que é dado às Regiões Ultraperiféricas nas quais se incluem os Açores e a Madeira na Agenda 2000, é claramente insatisfatório e que o

Governo Português lamenta que a União Europeia não se proponha garantir um Quadro de Apoio Estrutural Específico, para as áreas da União que sofrem debilidades permanentes em virtude da sua singularidade geográfica."

Recordo que, já por várias vezes, tive o cuidado de trazer estas matérias ao plenário da Assembleia Legislativa Regional, as quais foram merecendo uma desatenção permanente por parte do Sr. Secretário Regional.

Fez referência à participação dos Açores na MUSA.

A única notícia que saíu da participação do Sr. Secretário Regional, junto com uma equipa de técnicos nesse trabalho, foi de que a reivindicação dos Açores era a necessidade de um observatório ao nível Europeu para as Regiões Ultraperiféricas.

O Sr. Secretário Regional está a participar, à semelhança do Secretário anterior, no Conselho de Ministros Europeus da Agricultura. Certamente integra a comitiva portuguesa e está lá a assistir, tal como um conjunto de outros técnicos, no processo negocial que decorre durante esta semana.

A pergunta subsiste tanto em relação à reunião da MUSA, como à participação no Conselho de Ministros da Agricultura.

Quais são as propostas que o Secretário da Agricultura leva, junto do Ministro da Agricultura, das instâncias comunitárias?

Quais os objectivos no quadro da reforma da PAC?

Que pretende o Governo Regional preconizar para o próximo período 2006? Que medidas apresenta ou reivindica nesse mesmo quadro?

Não existe nenhum documento, nenhum debate, nenhum momento público, mesmo junto das associações de agricultores, que denuncie qual a estratégia deste Governo para a Política Agrícola Regional no quadro da revisão da PAC.

É isso que nós estranhamos. É isso que já estamos a chamar a atenção desde Março de 1997.

O documento Agenda 2000 foi apresentado aos Estados Membros em Março de 1997.

Não faz sentido que, desde então, não haja uma estratégia clara, debatida, participada, reivindicativa.

A própria Comissão Europeia desafia, nas negociações que estão decorrer durante esta semana, os Estados Membros a apresentarem medidas alternativas, propostas concretas para a resolução das várias iniciativas legislativas dos vários subsectores.

Nós não sabemos que propostas é que Portugal apresentou para a defesa dos interesses dos Açores.

É essa denúncia que voltamos a fazer aqui e que nos faz reclamar e denunciar uma falta de estratégia, de vigor e uma falta de fazer circular a informação para que os principais agentes da Política Agrícola possam saber com o que contam nos próximos tempos.

Finalmente, gostaria de dizer que, no nosso entender, o espírito que preside ao POSEIMA é fundamental para o futuro das aplicações da reforma da PAC nos Açores.

Em 1992, o POSEIMA veio, precisamente, salvar um conjunto de situações, quer no âmbito do leite e lacticínios, quer no âmbito da carne, mas também no âmbito da tão apregoada diversificação da agricultura.

Eu recordo, e se formos às estatísticas podemos confirmar, o caso da produção de beterraba em que houve um incremento da produção de beterraba, a partir de 92, e que voltou decrescer em 97 em virtude dos apoios quer à transformação, quer à produção.

Não faz sentido, se houver uma estratégia para a política regional nos próximos tempos, que não se tire partido daquilo que foi consagrado no Tratado da União.

Se agora há um valor jurídico diferente para o Estatuto da Ultraperiferia, não faz sentido que não se procure que, ao nível dos regulamentos comunitários, se fixem excepções para as Regiões Ultraperiféricas ou que se possa promover legislação europeia que salvaguarde e que defina programas de apoio específico para regiões como os Açores.

É essa ausência total de empenhamento, é contra essa ausência total de estratégia que eu me tenho reafirmado sobre essas matérias nesta Assembleia.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado António Almeida:

Em resposta a algumas das questões que o Sr. Deputado levantou, eu gostaria de reafirmar que, em relação à reunião da MUSA, que o senhor muito bem referiu, eu já lhe citei aqui dois pontos importantes em que a Região marcou posição. Não foi só a questão do observatório.

Eu, na minha última intervenção, acabei por ler qual foi a posição da Região em relação a essa matéria.

No que se refere ao desempenho da Secretaria no âmbito da Agenda 2000, eu queria lembrar o Sr. Deputado que a Secretaria não tem estado de braços cruzados, fazendo inúmeras reuniões e colóquios de debate sobre a Agenda 2000.

A discussão que era necessária desenvolver junto dos agentes interessados e das associações, foi desenvolvida.

Houve sessões de debate sobre matérias específicas de importância para a Região, no âmbito da Agenda 2000. O Sr. Deputado, em relação a isso, não tem razão nenhuma.

Finalmente, no que se refere à proposta de regulamento, relativa ao apoio ao Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola para o Desenvolvimento Rural, apenas gostaria de referir que, em relação a essa matéria, a Secretaria pediu pareceres a todas as associações agrícolas.

Eu não tenho nenhum documento em relação à Agenda 2000, mas é muito natural que a Secretaria tenha e que o Sr. Secretário que se deslocou agora a Bruxelas para debater essa matéria, tenha, na sua posse, esse documento.

Eu não percebo qual a preocupação do Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Um novo assessor para a Direcção Regional das Pescas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar o seguinte:

Eu fiz alguns contactos junto dos parceiros sociais da agricultura sobre essa matéria. O que é certo é que não há nenhum trabalho feito pela Secretaria Regional no sentido de elaborar um documento técnico, sério e concreto sobre as perspectivas da agricultura para o período compreendido entre 2000 e 2006.

Deputado Élio Valadão *(PS):* O documento só contém decisões da Agenda 2000!

O Orador: Houve algumas iniciativas de organizações de agricultores que, por sua livre vontade, quiseram contribuir com documentos versando questões sobre essa matéria. Não há nenhum trabalho sério sobre a Agenda 2000 e a reforma da PAC.

Recordo que o Sr. Secretário Regional da Agricultura prometeu, vivamente, pôr a funcionar o Conselho Regional de Agricultura com regularidade e assiduidade, mas não o fez.

O Conselho Regional da Agricultura é o órgão, por excelência, para a discussão dessas matérias. Julgo que reuniu duas vezes e penso que serviu para distribuir o documento da Agenda 2000 a pedido das organizações, mas já lá vai longo tempo.

E o resto? O resto do trabalho que é preciso fazer?

Não se fez. Oxalá que venhamos a ter oportunidade, ainda em tempo útil, mas não sei se será compatível com a aflição que temos visto por parte dos agricultores e até dos responsáveis nacionais do Governo da República sobre aquilo que têm em cima da mesa em discussão e que certamente será ultimado nos finais de Março deste ano.

Deputados João Cunha e José Maria Bairos *(PSD): Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Concluídas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia.**

Como primeiro ponto, temos a discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que "altera algumas disposições do Decreto Legislativo Regional**

n.º 1/96/A, de 4 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/97/A, de 18 de Julho, no sentido de integrar na composição do Conselho Regional de Concertação Social um representante da Associação de Jovens Empresários, bem como de introduzir alterações ao regime de dispensas de exercício efectivo de funções por parte das respectivas entidades patronais, dos membros do conselho"

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas umas breves palavras.

Penso que é simples e consensual, quer a substância do diploma, quer também — e por parte do Governo Regional — as melhorias, sobretudo de ordem técnica, que foram introduzidas na Comissão.

O diploma pretendia, tal como foi apresentado, acrescentar mais um membro a este Conselho de Concertação Social, nomeadamente a Associação dos Jovens Empresários, bem como clarificar o regime de dispensa dos membros deste Conselho da sua actividade laboral e o respectivo pagamento ou compensação dessas entidades, enquanto entidades privadas.

Conforme já disse, o Governo Regional não tem qualquer tipo de objecção ao relatório e às alterações propostas pela Comissão, porque são alterações de melhoria técnica em que se junta aqui um diploma anterior sobre a integração de elementos representantes, nomeadamente da Associação de Municípios, e representantes de associações patronais e sindicais das pescas dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma rápida intervenção para dizer que no decurso dos trabalhos da Comissão, inclusivamente dos trabalhos desenvolvidos aqui ontem, apresentámos algumas alterações que eu chamaria mais de redacção do que de conteúdo, que foram subscritas por todos os partidos e representações parlamentares desta Assembleia

e que mais não fazem do que, em primeiro lugar, fazer a revogação de um Decreto Legislativo Regional que apenas introduzia duas alterações à alínea f) e i) do n.º 3 do diploma e, a partir daí, consagrar-se, como acabou de dizer o Sr. Secretário, a entrada dos jovens empresários dos Açores, bem como associações patronais e sindicais no âmbito das pescas.

É um documento que, na nossa opinião, é simples e vem apenas actualizar, quer algumas funções do órgão quer a sua composição.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa *(Indep.):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já aqui foi dito, está presente na Mesa uma proposta de alteração a este diploma apresentado pelo Governo que é subscrita por deputados de todos os partidos e por mim e que altera a composição do Conselho de Concertação Social, com a qual eu me congratulo, porque, pela primeira vez, ao fim de todos estes anos de constituição do mesmo conselho, o sector das pescas, na Região Autónoma dos Açores, está representado.

Em 1993, se a memória não me atraiçoa, escrevi uma carta ao Sr. Presidente do Governo Regional de então, a pedir que a Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores tivesse assente neste órgão. Como resposta, além do nada, recebi coisa nenhuma.

Em 1996, logo depois do resultado eleitoral das legislativas regionais, tive oportunidade de falar com o Sr. Presidente do Partido Socialista, nessa altura, só Presidente do Partido Socialista, o Sr. Carlos César, sobre essa matéria e o que me foi dito foi que não tivesse preocupações, porque o sector da pesca seria representado no Conselho Regional de Concertação Social.

Estranhei que, quando o diploma foi presente à Assembleia, as associações representativas do patronato nas pescas e as associações sindicais do sector, não tivessem previstas neste diploma.

Como "para grandes males há sempre grandes remédios", essa proposta de alteração vem repor a justiça nesta área e neste sector, sector este que por muitos

é apregoado como estratégico para o desenvolvimento dos Açores, mas que afinal ninguém tinha pretensões de o ouvir com o devido interesse.

Associei-me a esta proposta de alteração e mais uma vez queria deixar bem claro que o sector das pescas fica muito agradecido com esta sua representatividade.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Da nossa parte, vamos votar favoravelmente a proposta em apreço. Aliás, como já foi referido pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, a mesma mereceu o consenso de todos os Grupos Parlamentares e acrescenta, na composição do Conselho Regional de Concertação Social, os Jovens Empresários e os representantes do sector das pescas.

Entendemos que é mais um aperfeiçoamento em relação ao Conselho de Concertação Social e estamos convencidos que, no futuro, até podem ser necessários outros e com certeza que, em relação a esta matéria, estaremos todos em condições de podermos contemplar as necessidades da sociedade em relação a um Conselho tão importante como este e que de um modo geral tem funcionado de acordo com a legislação aqui aprovada no passado.

Faço votos que este Conselho Regional de Concertação Social continue a desempenhar, de acordo com o legislado, as suas funções porque elas são da máxima importância para a governação da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação o diploma, na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão sobre o artigo 3º., que corresponde ao artigo 1º., para o qual há uma proposta de alteração.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º..

Está aberta a discussão sobre a proposta de alteração.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Se não houver objecção por parte da câmara, passaríamos a votar os artigos 7º., 12º., 16º. e 17º..

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 7º., 12º., 16º. e 17º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 17º.-A.

Está aberta a discussão sobre esta proposta de aditamento.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 17º.-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à discussão do artigo 3º..

Está aberta a discussão sobre o artigo 3º. para o qual há uma proposta de alteração.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º..

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Passemos ao 2.º ponto da nossa ordem de trabalhos que se refere à **Proposta de Resolução** sobre **"Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional referente ao ano de 1997".**

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Ponto nº.3 — **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução** sobre **"Licença de Pescas"**.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, vou cingir-me ao requerimento do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, porque espero que esta matéria possa, de seguida, ser analisada.

Nós consideramos urgente na medida em que ainda hoje existem pescadores que estão a sofrer as consequências da aplicação desta portaria.

Por outro lado, entendemos que esta matéria, ou seja, a resolução, não necessita, neste momento, ir à Comissão, porque uma das nossas propostas, que faz parte da própria resolução, é que esta matéria seja analisada pela própria Comissão. Daí, entendermos que é matéria que deve ser vista, neste momento, com urgência e a sua dispensa de exame em Comissão, que solicitamos, é, no fundo, um pedido para que a Comissão depois venha a analisar toda a problemática referente à passagem das licenças de pesca.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que nós vamos votar favoravelmente esta urgência.

Inicialmente tivemos dúvidas relativamente ao primeiro ponto, porque tínhamos ouvido o Sr. Secretário Regional, em consequência da tal reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista como já referi, dizer que suspendia a execução da portaria.

Porém, todas as confusões que se têm levantado relativamente a situações diversas de comunicação aos pescadores — uns verbalmente, outros sem comunicação, outros por escrito, com carta sem data — leva-nos a deduzir que há aqui confusões a mais.

Na nossa óptica, esta recomendação que é feita no 1.º ponto da Resolução, tem sentido e essa recomendação tem que ser feita desde já.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular vota favoravelmente o requerimento na medida em que concorda e aceita os termos da fundamentação para a urgência do processo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Circunscrevendo-me apenas à questão da urgência, eu devo dizer que, em primeiro lugar, o Partido Socialista não concorda rigorosamente nada com o teor do que está aqui escrito, porque é um teor extremamente alarmista.

"Consequências drásticas e menos radicais nalguns portos..."; "perturbações sérias no abastecimento...", enfim!

Não é assim. Todos que estão nesta Casa sabem que não é assim.

Ontem, foi dito aqui pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo que nós tínhamos feito uma encenação. Eu acho imensa graça a isso e só posso compreender esse termo — encenação — porque estamos a celebrar os 200 anos do nascimento de Garrett que foi um homem do teatro.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* É claro!

O Orador: Não se tratou de nenhuma encenação, mas sim de uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, junto do Secretário, no sentido de procurar esclarecer uma situação complicada e confusa e onde houve a aceitação, por parte do Governo, das nossas propostas.

Realmente, esta portaria está suspensa.

Portanto, independentemente de cartas ou de não cartas, o Governo é pessoa de bem e através do Sr. Secretário Regional prestou declarações públicas dizendo que neste ano de 1999 não haveriam problemas. Isto para nós chega.

Enfim! Nós entendemos que o Partido Comunista Português queira, de alguma forma, intervir neste processo. É perfeitamente legítimo.

Pela nossa parte, o que vamos fazer em relação a esta matéria é votar a favor da urgência para que se não diga que nós estamos a tentar criar algum obstáculo para que isto seja debatido.

Posteriormente, iremos pronunciarmo-nos sobre o conteúdo da Proposta de Resolução.

Presidente: Vamos votar o Pedido de Urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de exame em Comissão foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, vamos passar à discussão e votação da **Proposta de Resolução** sobre **"Licença de Pescas".**

Está aberta a discussão da Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não vamos repetir aqui a discussão que foi feita em torno da intervenção apresentada, no Período de Antes da Ordem do Dia, pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo.

De qualquer modo, em relação a esta Proposta de Resolução gostaria de fazer duas ou três considerações e de reafirmar algumas que já afirmei.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Fernando Menezes disse, há pouco, que efectivamente a portaria está dispensa.

No entanto, na passada Segunda-feira desta semana, o Sr. Director Regional das Pescas, no aeroporto de Ponta Delgada, e em termos particulares, afirmou categoricamente que, em relação aos pescadores que tinham pescado menos de 500 contos, que estava suspensa. Em relação à emissão de novas licenças a situação estava exactamente como estava antes, ou seja, não se passariam licenças a quem não tinha pescado.

Isto quer dizer que há, de acordo com aquilo que exigia a portaria, um conjunto de pessoas que não vão ou não têm licenças neste momento e que de acordo com a intenção do Sr. Director Regional não vão ter licenças. Quer se queira quer

não, em última análise é o despacho do Sr. Director Regional que atribui as licenças de pescas.

Por outro lado ainda, há informações escritas segundo as quais os pescadores foram informados, através das suas capitanias, que não tinham licenças de pescas.

De facto, como disse ontem, se tivesse havido imediatamente a suspensão de todos os efeitos da portaria, eu penso que as pessoas que tinham recebido o tal ofício informando de que não teriam licença de pesca, ter-lhes-ia sido informado de que teriam a sua licença de pesca concedida.

Isto não foi feito até ao momento, por isso mesmo pensamos que é pertinente que esta Assembleia decida que seja suspenso os efeitos da portaria.

Por outro lado, a nós causa-nos alguma preocupação os termos em que a própria portaria está redigida e temos algumas dúvidas da possibilidade, através desta, de ser consignado aquilo que é consignado na 27/98.

Por isso mesmo, entendemos que esta matéria deve ser analisada na Comissão de Economia, que se devem procurar analisar, se fosse aplicado aqueles conceitos legais, as consequências e que este plenário fique devidamente habilitado, através da sua Comissão da especialidade sobre esta matéria, sobre as implicações da legislação que atinge, quer se queira quer não, muitas dezenas de pescadores, essencialmente, aqueles que são responsáveis, conforme dissemos, pelo abastecimento local em muitos portos das ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Esta actividade profissional para nós é fundamental e consideramos que os barcos de boca aberta, neste momento, são importantíssimos na economia, essencialmente das ilhas e dos portos mais pequenos.

Esta actividade profissional tem que continuar a contribuir com a sua quota parte, quer para o abastecimento local, quer para o nível de vida de alguns pescadores que, muitos deles, para além de serem pescadores nestes barcos, têm outras actividades.

Recordo, por exemplo, que muitos dos pescadores do atum nos períodos em que não participam na actividade do atum, têm eles próprios o seu pequeno barco de

boca aberta onde vão ao mar quando lhes é possível e na época onde menos dias é possível sair ao mar.

Por isso mesmo, entendemos que esta resolução tem toda a sua razão de ser e é importante que a mesma seja aprovada neste plenário.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa *(Indep.):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi dito pelo Sr. Deputado Fernando Menezes há aqui considerandos sobre os quais nem vale a pena tecer considerações.

Demagogia a mais e moralidade a menos!

O sector da pesca na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente o sector da pesca artesanal que considerei e continuo a considerar importantíssimo para a economia das nossas ilhas, principalmente das ilhas mais pequenas, urge ser moralizado nesta área, urge ser regulamentado profundamente.

Convenhamos que uma embarcação, por mais pequena que seja, mesmo que tripulada por apenas 2 pescadores, que não consiga vender em lota 500 contos de pesca por ano, não deve ser classificada como embarcação de pesca artesanal. Terá que ser classificada como embarcação de pesca desportiva e o fruto dessa pesca há-de ser consumido pelos seus proprietários e pelas suas famílias nas suas casas, ou seja, sem ser comercializado.

Nesta área urge também regulamentar a pesca desportiva que não está, em nosso entender, devidamente regulamentada.

A portaria tinha como objectivo, e espero que venha a ter como objectivo, no futuro, alguma moralização também, no que diz respeito ao registo comercial das embarcações e no que diz respeito ao seguro das mesmas.

No fim de contas, o registo comercial e o seguro são formas de segurança dos armadores em causa, porque o armador pode, perfeitamente, perder direito à sua embarcação pelo facto de não a ter registada, como pode, por pequeno acidente, perder o seu ganha-pão pelo facto de não ter um seguro.

No entanto, a forma como isto foi feito e como foi publicada a portaria ou como foi decidido a 9 de Julho e a desinformação que houve entretanto, não deu condições a que essas pessoas interessadas tivessem tempo para, até à data do pedido da licença de pesca, regularizar essas situações.

O que era preciso ter sido feito era que na data em que a portaria foi publicada, ou na data em que se pensou fazer essa portaria, se tivesse informado pelo menos os interessados de que isto iria acontecer.

Convenhamos que de Julho até agora, ou até Dezembro, muitos desses pescadores teriam tido a oportunidade de, se quisessem manter-se na pesca — como actividade comercial, e para isso terem a sua licença de pesca — fazer passar pela lota mais de 500 contos de pescado, bem que para isso tivessem que fazer horas extraordinárias, registado as suas embarcações e feito os seus seguros.

Deeste modo entendo que, de facto, a suspensão da portaria, por hora, é importante e importa também que a Comissão de Economia, Finanças e Plano que vai, segundo nos parece, depois da aprovação desta Proposta de Resolução estudar melhor esta matéria, se debruce sobre a questão da pesca desportiva que, em meu entender, é complementar desta.

De resto, posso manifestar à Câmara que é minha intenção acompanhar os trabalhos desta Comissão, muito embora não faça parte dela.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Independentemente da matéria substantiva que aqui nos preocupa e que é matéria do domínio público, de facto, julgo que muitas das dúvidas que se levantam aqui é sobre o instrumento que deve ser utilizado para garantir, de forma segura, aos agentes, aquilo que parece ser uma promessa da administração no sentido de ter presente e respeitar os problemas que se levantaram à volta da aplicação desta portaria.

Quando se fala na figura de "suspender e ser utilizado" — e o Deputado Fernando Menezes também utilizou o termo — está assegurada a suspensão da aplicação da portaria.

Eu julgo que devíamos reflectir um pouco sobre o significado, a eficácia jurídica e a garantia dessa suspensão, porque, com o devido respeito, não basta que um membro do Governo dê conta, através da comunicação social, que pretende ou quer suspender o efeito de uma portaria para ficarmos todos tranquilos e descansados.

No caso em apreço, inclusivamente o que esta portaria traz de novo é, de facto, uma alteração ao número 3 do artigo.

Portanto, o que está aqui em causa é o conteúdo da própria portaria. Ela visa apenas alterar o que estava em vigor e essa alteração é polémica e gerou a situação de insatisfação, de dúvida e de alguma injustiça, segundo determinados sectores, quanto ao seu conteúdo — primeira questão.

Segunda questão:

Seria ou não de revogar a portaria?

Era isto que eu também gostaria de colocar aqui, porque ela está em vigor, hoje, neste preciso momento, independentemente das declarações do Sr. Secretário Regional.

Segunda ordem de razões:

Esta portaria fixa uma possibilidade e não determina um cumprimento.

Ela fixa que o SRAPA "pode recusar de acordo...". Se o SRAPA disser que não aplica isto, a portaria não tem razão de ser e não terá efeitos negativos. Por aí ela era inofensiva.

Aqui parece-me ser a parte da razão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista coloca.

Há a garantia de que ela não vai ser utilizada. Portanto, está ineficaz.

Terceira ordem de reflexão:

Esta portaria teria que ter produzido efeitos até 30 de Novembro passado ou até ao próxima dia 30 de Novembro face ao ano seguinte, isto é, os efeitos negativos

desta portaria e em relação ao ano económico presente — e peço que me corrijam se não estiver a analisar bem — já se fazem sentir.

O que está a acontecer de mal, neste momento, foi provocado por decisões tomadas até 30 de Novembro do ano passado, segundo reza o corpo do n.º 3, ou não será assim?

Portanto, o que a Secretaria pretende eventualmente é anular as decisões que tomou. Será que é isto?

O Secretário recusou renovações ao abrigo da portaria e agora está arrependido e reconhece que não devia ter recusado. Este é um outro tipo de problema.

Gostaria que se reflectisse, se isto tem razão de ser, sobre a situação concreta e prática, porque a situação política, todos nós já sabemos que foi levantada. Em termos práticos, em termos concretos, é isto.

Se se trata de decisões já assumidas pelo Governo, pelo Sr. Secretário, de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º dessa portaria, eu pergunto o que é que ele vai fazer agora?

Vai anular as decisões que assumiu em 30 de Novembro passado e as pessoas que hoje estão sem licenças para poder pescar vai chamá-las e vai dar as licenças?

Nesta fase ficaria por aqui, porque isto ajudaria o Grupo Parlamentar do Partido Popular a fazer um juízo mais fundamentado sobre este assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós concordamos plenamente que este assunto deva ser tratado na Comissão de Economia, Finanças e Plano, porque como foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, este é um assunto sério, importante, mas é um assunto complicado.

Tem várias vertentes e várias complicações. Portanto, tem que ser tratado tendo em vista uma regulamentação eficaz.

À laia de preâmbulo, eu queria dizer que a pessoa — o Director Regional das Pescas, e não tenho procuração dele — que fez esta portaria não é de certeza absoluta um engravatado altivo ou um burocrata sisudo.

É uma pessoa acessível, que nós nos habituámos a admirar há muitos anos na Semana das Pescas, que eu conheci de longe, mas admirava-o por isso. É uma pessoa de bom trato, que gera consensos e é uma pessoa que está a fazer um excelente trabalho na Direcção Regional das Pescas e que recebeu uma herança pesadíssima sobre os seus ombros, envolvendo a Frota Azul e as consequências que ela teve, embora eu queira aqui dizer que estive sempre plenamente de acordo, estou e estarei com o que aconteceu em relação a essa frota ao fazê-la na altura, lamento profundamente que as consequências posteriores em relação ao pagamento daquilo que estava estipulado, não tenha acontecido.

Herdou também uma pesada herança em relação à lota, degradada, cheia de problemas e de dívidas e procurou, nestes dois anos, reconverter aquilo que acontecia na Lotaçor.

Eu quero lembrar aqui aos Srs. Deputados que foi o Partido Socialista, através do Sr. Deputado José Apolinário, do Parlamento Europeu, que conseguiu que as verbas do POSEIMA fossem exclusivamente para o atum e 10% delas para a pesca artesanal e que este Governo conseguiu aumentar 300% nos apoios dados, nestes últimos dois anos, à pesca artesanal.

Foram centenas de milhares de contos atribuídos a centenas de embarcações, para apoios de construção, de aquisição de motores e aquisição de apetrechos. Tudo isto está relacionado.

Há, como já disse aqui o Deputado Nuno Almeida e Sousa, que moralizar uma situação que existe, e há que dignificar uma profissão.

Nós estamos aqui e apelamos constantemente à formação profissional.

Queremos que os jovens que saiam das escolas possam ser pescadores e sejam profissionais.

Em primeiro lugar, eu quero louvar os profissionais que, mesmo nas ilhas que têm menos possibilidades — e há frente referir-me-ei a isso — conseguem ter o seu barco e uma lancha que vai atrelada a uma carrinha e dão a volta à ilha à procura de um porto de abrigo que tenha peixe para trazê-lo fresco às pessoas.

São esses mesmos pescadores profissionais que descontam para a lota e põem lá milhares de contos. Muitas vezes quando o tempo está bom, vão outros e quando

eles chegam com o seu peixe já outros venderam sem passar pela lota, peixe esse muitas vezes resultante da pesca desportiva, sem possuírem licença para isso. Isso é uma injustiça. Há que moralizar esta situação.

A portaria teve essa finalidade, ou seja, tentou moralizar a situação.

O Sr. Deputado Manuel Azevedo disse há pouco que esta era necessária para os pobres!

Os pobres?!

Srs. Deputados:

O que é que nós tivemos a fazer aqui Terça-feira em relação a Rabo de Peixe?.

Nós dissemos que Rabo de Peixe era um lugar de pobreza acentuada. Os pescadores de Rabo de Peixe descontam todos para a lota.

Os pescadores da Ribeira Quente descontam todos para a lota.

Os pobres, esses que são pobres, muitas vezes nem levam peixe para casa porque o vendem todo, descontam para a lota, porque há uma série de vendilhões à espera do peixe para o comprar e levá-lo.

As fugas à lota dão-se em meios onde, de facto, existe apenas um indivíduo encarregue da lota e pergunta à lancha que chegou quanto é que tem. Ele diz que tem isto e aquilo e muitas vezes diz que não tem nada e os cambos vão para casa de cada pescador e depois, por uma rua estreita ou no outro dia, é vendido. E a fiscalização?

A não ser que encontrem um fiscal para cada pescador e um polícia para cada cidadão deste país. Penso que não deve ser assim.

Nós devemos criar mentalidade e pedir às pessoas que cumpram as suas obrigações.

Se as pessoas recebem auxílio, se recebem ajudas, por que é que não hão-de fazer?

Se o pobre desconta — e isto é verdade, ninguém pode refutar isso, porque ele não pode evitar isso — então um indivíduo que tem duas profissões e recebe subsídios de apoio e que está bem estabilizado na vida não deve descontar para a lota? Não deve cumprir com as suas obrigações?!

Deve cumprir as suas obrigações sim senhor, porque isso é importante e fundamental.

Nós temos que estudar esta situação, porque, Sr. Deputado Paulo Valadão, com todo o respeito, o senhor diz que também sabe que está instalada alguma tendência de fuga à lota. Não é alguma tendência, é constante tendência de fuga à lota nalguns meios. É preciso que se diga isto.

Se nós formos ver o que é que as pessoas declararam para a lota, foram apenas 26 contos, 30 contos, ou 37 contos.

Nós todos conhecemos o meio, andamos com pescadores, falamos com eles.

Eu falei com muitos pescadores e a maioria deles até — eu não quero pôr aqui a questão do limite de dinheiro, se é o ponto dos 500 contos que resolve o problema, não quero discutir isto agora quero discutir numa comissão — disseram: "500 contos?! Isso não é nada. Nós tínhamos feito isso".

Temos que compreender que 500 contos, mesmo em freguesias como se disse aqui que é difícil ir ao mar, muitos poderiam atingir essa verba e até a verba em si é perigosa, porque depois se fizer mais 10$00 nunca mais descontam para a lota.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Exactamente!

O Orador: Isto são situações que quem conhece o meio sabe como é que as coisas funcionam.

É preciso nós lutarmos pela justiça, pela igualdade de oportunidades e, sobretudo, pelo cumprimento dos deveres. Isto não pode falhar.

A intenção da portaria era moralizar e isso é importante e obrigatório.

Eu até admito plenamente que possam haver diferenciações de ilha para ilha, dentro das regras a estabelecer. Eu admito que é muito mais fácil, por exemplo, quem tem uma doca como a Horta, ir mais vezes ao mar e mais facilmente regressar do que numa ilha como as Flores, o Pico ou outra que não tenha um porto de abrigo, onde depois de sair se possa regressar com tranquilidade. Não é verdade?!

Eu até admito que possa haver, sem menosprezo pelo termo, uma subespécie de pescador, ou seja, aquele já idoso ou reformado, que se habituou a ir ao mar e que possa ter licença para continuar a ir.

Eu aceito o que o Deputado Nuno Almeida e Sousa disse, mas os nossos pescadores habituaram-se a ir ao mar, a margens fora dos limites da pesca desportiva. Porquê? Porque lá é que estão as marcas para apanhar peixe, ou seja, entre a torre da Igreja e o cabeço tal. Isso está fora do limite.

Eu até admito que aí possa ser possível dar a licença. É uma espécie da cabra ou da vaca que o indivíduo tem à porta, ou seja, é mais um complemento para a sua própria vida, mas vai descontar, deve descontar e cumprir, porque isto é obrigatório e fundamental. É cidadania, ética e moral.

Portanto, a minha intervenção é feita neste sentido.

O meu colega Deputado Fernando Menezes já disse que nós, para evitarmos qualquer coisa, estamos de acordo. Porém, queremos que isto baixe a uma comissão e estamos de acordo que o assunto seja discutido, porque, de facto, — disse-se aqui com uma certa ameaça — os profissionais da pesca e as suas organizações sindicais riem-se perante 500 contos. Isso não é problema para eles.

Se eles forem ouvidos dizem logo que isso não lhes interessa. Quinhentos contos para um profissional da pesca?!

Mesmo as pessoas que estão estabilizadas na vida não poderão fazer? É claro que o podem fazer.

Muita gente tem a sua vida, vai ao peixe e em 8 dias faz 500 contos.

Quem anda nos portos e vê chegar a pesca ou pesca com eles, sabe como é que as coisas se passam.

Portanto, fica aqui esta minha mensagem construtiva no sentido de nós, Assembleia, fazermos o possível para regulamentar uma área que é complicada, que tem problemas, é complexa, mas é fundamental para a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu invoco o esclarecimento em função da intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa e, em parte, também da do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Eu estou de acordo com muito do que disse o Sr. Deputado Manuel Serpa, porque de facto conhece, como eu penso que conheço, as espécies peculiares deste sector.

A nossa intenção — e quero que isto fique perfeitamente claro — não é a fuga à lota. Nós estamos contra a fuga à lota e nós pensamos que devem ser feitos todos os esforços no sentido de se evitar a fuga à mesma.

Aliás, eu venho de uma ilha que tem vários portos de pesca e estou convencido que a fuga à lota é mínima.

Porém, apenas existe um porto de pesca, ou seja, o porto das Lajes, em que o pescador pode descarregar o seu pescado a qualquer hora do dia ou da noite, porque existe um funcionário da lota que se dispõe a ir fazer lota a qualquer hora. Nos portos de Santa Cruz, Fajã Grande e Ponta Delgada, existe um horário muito pequeno para o pescador apresentar na lota o seu peixe.

É a própria lota que está a sugerir aos pescadores, Sr. Deputado, que se não vierem ao porto entre as 4, as 6 ou 7 da tarde, não têm lota. Portanto, podem entrar e sair livremente.

No caso do porto de Santa Cruz das Flores, que deve ser dos portos de maior movimento de pescado naquela ilha, se dizem ao pescador que se quer ir à lota deve estar entre as 4 e as 6 horas da tarde — eu estou a dizer estas horas, pode ser um pouco antes ou um pouco depois, mas é aproximadamente durante 3 ou 4 horas que existe lá lota a funcionar — está-se a convidar o pescador para que ele não apresente lota.

Felizmente, a grande maioria dos pescadores entram nesse porto entre as 4 e as 6, porque sabem que nessa altura é que a lota está aberta e porque — mais uma coisa que se passa nesta ilha — a grande maioria do pescado que lá se pesca, passa pela lota, porque o pescador quer sempre ter possibilidade da arrematação

para exportar para fora da ilha. Ele não sabe se vai ser hoje ou se vai ser amanhã que o exportador irá oferecer mais dinheiro, mas ele quer ter essa certeza.

Em relação a estes pescadores que vão todos os dias de bom tempo, que todos os meses arrematam centenas de contos, a situação está resolvida, mas há aqueles outros que o senhor falou.

Existe aqueles outros que, da mesma maneira que sabemos que hoje não há nenhum agricultor que viva com o produto de uma vaca, mas há agricultores que continuam a ter apenas uma vaca, sempre foram profissionais da pesca, que têm tudo quanto lhes foi exigido, até esta portaria, para serem profissionais da pesca, pessoas muitas delas idosas, pessoas com problemas de saúde, que saem ocasionalmente à pesca, que têm o seu barco de pesca e que têm necessidade de ir aqui e acolá, onde não podem ir se não forem pescadores desportivos, até porque eles próprios, pela sua idade, pela sua maneira de ser, pela sua formação, não aceitam ser pescadores desportivos. Eles têm o seu conceito de pescador desportivo.

Portanto, esse conceito para eles não passa por eles, nem eles o querem. O que eles são, sempre foram desde crianças, é pescadores.

É por isso que eles foram obrigados a tirar a cédula marítima, é por isso que eles continuam a estar inscritos na Segurança Social como tal e é por isso que eles continuam a estar inscritos nas Finanças. Esta gente quer continuar a ser pescadores, mas quer ter o direito de ir à pesca ocasionalmente, quer ter o direito de ir à pesca nas circunstância que podem ir, como há o caso de pessoas que são pescadores, que tiveram problemas nos barcos — e todos nós sabemos e ainda bem que tem havido maior exigência na fiscalização dos barcos de pesca — e de um momento para o outro as capitanias dos portos disseram que eles não podiam sair, porque tinham que fazer isto e aquilo no seu barco.

Eu conheço um pescador que lhe disseram isso, que lhe escreveram e ele arrumou o seu barco e foi com a sua própria mão, resolveu a sua situação e esteve durante o ano de 1998 sem pescar. Não saiu, pura e simplesmente.

Outro dia chamou os homens da capitania e disse-lhes para eles dizerem se o seu barco podia ou não pescar.

A capitania do porto disse: "o seu barco, neste momento, está em condições.
Tudo aquilo que nós dissemos que tinha que ser feito, o senhor fez".
O homem fez o requerimento a pedir a licença de pesca e não lhe foi concedida porque não pescou em 98.
Em nosso entender, isto só é possível se se suspender a portaria.
Nós, neste momento, não pedimos a revogação. O que nós pensamos é que a Comissão deverá estudar esta matéria com profundidade.
Compete à Comissão e aos próprios Director e Secretários Regionais, se entenderem, — e julgo que deve ser isto que deve ser feito — fazer nova legislação e legislação diferente que tem que revogar esta portaria e fazer outra legislação para substituir o que está consignado essencialmente no artigo 3.º.
Aquilo que nós pensamos é que os efeitos desta portaria têm que ser suspensos, porque há pessoas que, com base nesta portaria, não lhes foi concedida licença de pesca e nós não estamos a ver solução para que aquilo que foi afirmado durante o mês de Dezembro e de Janeiro e aquilo que foi informado por escrito durante estes meses, possa ser emendado se não houver, de facto, a suspensão dos efeitos desta portaria.
Pensamos que é uma saída, uma saída plausível, legal, normal, ou seja, que haja a assunção da suspensão dos efeitos da portaria e essa suspensão, em nosso entender, passa por aquilo que foi feito durante os últimos três meses, em relação à emissão de licenças.
É dentro desse âmbito que fazemos a nossa proposta, ou seja, que haja a suspensão dos efeitos, em função também daquilo que foi feito nos últimos meses, isto é, que os pescadores que pediram as suas licenças de pesca e que, de acordo com a legislação antes da portaria teriam a sua licença de pesca, lhes seja passada a licença de pesca para o ano de 1999.
Presidente: O Sr. Deputado Manuel Azevedo pretende usar da palavra para esclarecimentos?
Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* É sim, Sr. Presidente.
Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu continuo convencido, e tenho provas para o dizer, que a própria Secretaria não cumpriu o que está estabelecido na portaria, isto é, não respeitou a data de 30 de Novembro para comunicar, por escrito, aos interessados, que eles não tinham direito a licença de pesca.

Mesmo quando aparece um papel em que, de facto, a pessoa foi notificada por escrito, esse papel não tem data e a informação que se tem é que ele só recebeu essa comunicação em Janeiro.

Em segundo lugar, lotas.

Eu estou inteiramente de acordo com o Sr. Deputado Manuel Serpa em que não há que fugir à lota. Só que o problema não é destes pescadores que pescam pouco nos pequenos portos, nas pequenas comunidades onde é possível arranjar companhia. A culpa é do Governo.

Invista mais na lota!

Pague ao homem da lota para estar lá todo o dia, quando chegam os pescadores!

O Sr. Deputado Manuel Serpa pensa que um pescador que chega de noite, no outro dia de manhã vai a correr a casa do homem da lota para dizer que pescou tanto e quer descontar tanto? Alguém pensa isso?!

Ninguém vai fazer isso. Estejam lá para verificar e para controlar. Assim é que é.

Eu tenho na minha frente um arquivo do Sr. Director Regional das Pescas, que parece que é que fez a portaria e eu não estava informado disso.

Se não é burocrata sisudo, será risonho!

No entanto, uma coisa ele fez. Disso eu também estou informado e isso configura burocracia.

Ele para fazer esta portaria não ouviu nem pescadores, nem associações representativas dos pescadores.

Relativamente ao que diz o Sr. Director Regional das Pescas neste artigo, ele menciona uma coisa que eu também estou de acordo, ou seja, não se pode estar a atribuir subsídios a pessoas que apresentam valores em lota de menos de 500

contos e àqueles que de facto exercem a sua actividade e que numa semana descontam esse valor. Eu estou de acordo com isso.

Estes pescadores que exigem que lhes continue a ser concedida licença e que, de facto, e eu conheço vários, mesmo sem fuga à lota declaram menos de 500 contos, eu penso que esses pescadores não reclamam subsídios. A única coisa que reclamam é que lhes seja concedida licença de pesca, porque eles não querem passar para a desportiva, porque a desportiva tem limitações que os restringe grandemente na sua actividade. Isto é que é importante ser considerado. Não lhes concedam subsídios!

A lei que diga: estes homens que não fazem 500 contos não têm direito a subsídios, mas têm direito à sua licença de pesca!

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa *(Indep.):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para que não fique dúvida na Câmara em relação aos horários das lotas nos portos de pesca mais pequenos nos Açores.

Não é de agora, e pegando no final da intervenção do Sr. Deputado Manuel Azevedo, que o Sr. Director Regional das Pescas não ouviu, nem as associações nem os sindicatos sobre essa matéria. Não ouviu sobre essa, como não ouve sobre todas as outras do sector das pescas na Região Autónoma dos Açores.

Sejamos claros, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Ele tem muita dificuldade em dialogar com as pessoas!

Tem enorme dificuldade em dialogar com as pessoas!

Ele gosta muito de dialogar e fazer perguntas ao Sr. Presidente da Lotaçor, segundo sei, que também sabe muito pouco sobre pescas nos Açores.

Uma coisa é certa:

Os horários das lotas mais pequenas dos Açores, foram fruto de um trabalho aturado, que se deve elogiar, entre a Lotaçor e as associações sindicais, no passado.

Foram os pescadores dos pequenos portos — e está aqui o Sr. Deputado José Manuel Avelar Nunes que pode confirmar — que escolheram os horários de funcionamento das lotas, convenhamos.

Foram os pescadores que disseram a que horas queriam vender o peixe e a Lotaçor adequou os horários de funcionamentos das lotas em conjunto com a Brigada Fiscal da GNR para que as mesmas trabalhassem nas horas mais convenientes para os pescadores daqueles portos.

Se eles continuam a fugir às lotas é porque não querem pagar as tais taxas de lota, que por acaso até são mínimas, porque é mais fácil vender "pela porta do cavalo" do que pagar depois 4% de IVA e ter que ter a contabilidade organizada, o barco registado, o seguro, etc., etc..

Para que não fiquem dúvidas, os pescadores não fogem à lota porque o horário é inconveniente. Foram eles que o escolheram.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por responder ao "desafio" que me foi colocado pelo Sr. Deputado do PP.

Realmente importa, antes de ir à matéria ou à parte substantiva, debruçarmo-nos um pouco, uma vez que esta discussão está, de facto, a ser séria e calma, sobre os aspectos formais disto.

Realmente existe um diploma nacional, ou seja, o 278/87, que diz no seu artigo 34.º que "as competências ... para autorizações... consideram-se remetidas aos órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas". Este é o diploma "pai" ou "mãe" de tudo isto e é de 1987.

Depois, há um Decreto Regulamentar, na mesma linha, que regulamenta este diploma, ou seja, 43/87, onde é definido com mais rigor toda esta questão da pesca, das espécies, tipos de pesca, com rede, etc..

Em determinada altura, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores faz um Decreto Legislativo Regional 15/89 — e alguns que aqui estão podem pensar que é duvidoso —, que diz:

As competências previstas no artigo 34.º do tal diploma, são exercidas pelo Secretário Regional da Agricultura e Pescas que as poderá delegar, por despacho fundamentado, no Director Regional das Pescas".

Digamos que há aqui um primeiro diploma que dá poderes aos órgãos de Governo próprio e há um segundo que delega ou subdelega essa competência no Secretário e no Director.

Depois, há uma portaria que tem sido um bocado esquecida, penso eu, ou seja, a Portaria n.º 67-C/89, que estipula estas regras, ou seja, da portaria actual que estamos a debater até à alínea d), não há novidade nenhuma. Essa portaria está assinada por Adolfo Ribeiro Lima.

Portanto, há uma série de regras, pelo menos 4 ou 5 que não são novas.

Eu não sei se o Sr. Deputado Eugénio Leal era Director nesta altura, mas as primeiras alíneas não são novas.

Isto leva-me a afirmar aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, ou seja, o exemplo que dá do tal senhor que não pescou o ano passado. Ontem eu apresentei um outro exemplo, ou seja, um que foi para a América, não pescou e não apresentou os tais 500 contos.

Isto não é novo. Isto não é deste Secretário Regional sorridente ou sisudo, isto é do Sr. Secretário Adolfo Lima.

Presidente: Sr. Deputado, eu peço que termine, porque o seu tempo já esgotou.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Ele já dizia "falta de actividade não justificada por um período superior a 6 meses consecutivos". Isto não é da portaria do Governo do PS, é do outro.

Portanto, em termos formais, este foi o desenvolvimento da situação e convém agora esclarecer o resto, ou seja, esta portaria dá uma faculdade ao Director ou ao Secretário Regional para conceder ou não as licenças.

Ela está formulada de uma forma — eu talvez não fizesse assim, mas ela já está há muitos anos desta forma — em que pode recusar.

O que é que acontece?

Não vai recusar.

Todas aquelas que foram recusadas até agora vão ser autorizadas, porque toda a gente sabe que para revogar uma portaria não é com um despacho ou com uma conversa de televisão, tem que ser pelo menos com outra portaria, ou pelo menos uma portaria que dissesse *o artigo 3.º da portaria tal só se aplica em Janeiro....*

Eu já termino, mas tenho que dar esta explicação.

Portanto, para revogar esta tem que existir outra, o que vai acontecer é que vão ser dadas as autorizações no âmbito de um poder que ele tem e de acordo com a portaria.

Finalmente, há uma outra coisa que tem que ser esclarecida.

Vários Srs. Deputado disseram que o Secretário Regional deveria informar até 30 de Novembro, mas ninguém disse que de acordo com a portaria existente, a anterior, os requerimentos têm que ser entregues até 31 de Agosto e nenhum pescador entregou requerimento até essa data. Eles estão a entregá-los agora por isso é que se está a levantar o problema.

Se eles tivessem entregue até 31 de Agosto, como manda a lei, isto já tinha sido ultrapassado.

Não vamos ter dois pesos e duas medidas!

Os nossos queridos amigos pescadores, pobrezinhos ou não pobrezinhos, deviam ter cumprido este prazo e não o fizeram.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou referir alguns aspectos e vou começar pelo que disse o Sr. Deputado Fernando Menezes.

O Sr. Deputado tem razão quando diz que a portaria 67-C/89 está em vigor. Só que nessa portaria diz-se claramente que o pescador pode justificar o facto de não ter saído para a pesca ou ter tido uma quantia diminuta, fundamentalmente pelo facto de não ter tido licença. Durante muitos anos, na Direcção Regional de Pescas foi sempre aceite que o pescador, conjuntamente com o processo,

dissesse que tinha estado doente, que tinha tido uma outra actividade durante algum tempo ou durante alguns anos.

A actividade temporário, por exemplo no caso do atum ou dos estivadores, foi sempre aceite como boa para uma renovação posterior de licença de pescas.

A ausência do local de residência também foi sempre aceite e, neste momento, durante este ano, isso foi retirado.

Com esta nova portaria essas justificações, pura e simplesmente acabaram-se.

Há pescadores que com essas justificações não têm a sua licença de pesca renovada. Esta é que é a realidade.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* É uma actividade não registada, porque eu sei que dão entrada atestados médicos, ou comprovativos de carpintarias!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O problema que se põe é o seguinte:

Há pessoas que muitas vezes não precisam de atestado médico, uma vez que não são funcionários públicos e não meteram qualquer documento para a segurança social porque não recebem de lá coisíssima nenhuma, como é que vão agora junto do médico dizer para ele passar uma declaração a confirmar que desde determinada altura esteve doente?

É evidente que são situações forçadas e que não eram normalmente exigidas até este ano.

Um outro aspecto que é referido aqui pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo, é que estas pessoas — eu estou de acordo em não lhe atribuirem os subsídios —, a maioria delas, nem pede subsídios. Eu apresentei um exemplo concreto de um homem que lhe disseram que tinha que reparar o barco e ele reparou o barco sem pedir um escudo à Região. Ele entendeu que se queria o seu barco para poder ir pescar, tinha que repará-lo. Ele sabia que podia socorrer-se da lota e fazer o processo para apetrechamento do barco, para melhoria do mesmo, mas não o fez. Estas pessoas têm condicionalismos e todos nós temos que pensar neles.

O Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa refere um outro aspecto que mostra apenas que desconhece completamente aquilo que se passa em muitas ilhas, conhece apenas aquilo que se passa em São Miguel.

O que se passa nas outras ilhas, o senhor desconhece perfeitamente, no fundo, não percebe nada disto. É a realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Lotaçor, nas Flores, tem dois funcionários para 4 portos.

Como é que, com dois funcionários para 4 portos, a lota pode aceitar ou sugerir que os pescadores digam quando é que querem o porto aberto?

É evidente que todos os pescadores iriam dizer que querem o porto aberto durante uma série de horas.

É impossível que a Lotaçor, com dois funcionários e com 4 portos de pesca licenciados e com um movimento com alguma importância, possa efectivamente aceder aos desejos dos pescadores.

Não o fez e é impossível que o faça. Só poderá fazê-lo quando melhorar as suas condições de trabalho.

Para nós é fundamental que a Lotaçor melhore as suas condições de trabalho.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Resolução, no fundo, tem dois pontos: um a recomendar a suspensão dos efeitos desta portaria e o outro a encarregar a Comissão de Economia.

Penso que este debate, um debate útil atendendo à matéria que estamos aqui a versar, já é quase o trabalho da Comissão que, com a intervenção de todos partidos podemos verificar que todos nós estamos de acordo em que este assunto, pelo melindre que tem e pela complexidade que se reveste, deve ser tratado a nível da Comissão.

Relativamente a este segundo ponto, parece que estamos todos de acordo e no que se refere ao primeiro passo, também estamos de acordo, apesar do Partido Socialista ter manifestado reservas de início. Aquilo que foi fazer junto do Sr. Secretário foi pedir a suspensão desta portaria, mas essa suspensão não se faz como era intenção do Sr. Secretário Regional.

O Sr. Secretário, o máximo que podia ter dito, é que se comprometia com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista em não aplicar essa portaria. Essa não aplicação não tem efeitos retroactivos, tem sim efeitos para o futuro.

Podia ficar apenas à mercê do Sr. Secretário mediante os casos.

O problema que se coloca é este:

Este processo refere-se, em princípio, àquelas situações que a partir de 30 de Novembro têm a ver com o ano em curso.

Há situações de pescadores que, neste momento, já viram recusadas a renovação das suas licenças.

O Sr. Secretário ao comprometer-se apenas a não abdicar, não pode dizer que suspende apenas por meras declarações sem o fazer por uma portaria que suspenda o efeito desta. Esta portaria está em vigor.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para ser coerente com a sua preocupação manifestada junto do Sr. Secretário, tem que votar o nº. 1 favoravelmente.

O que acontece aqui é que o Sr. Secretário apenas pode dizer e pode comprometer-se em que não aplica esta portaria, mas a não aplicação não garante que as situações que já ocorreram venham a ser repostas.

A forma de garantir que não tem qualquer eficácia fica ao critério do Sr. Secretário. Ao passo que se ele suspender o efeito desta portaria, essa suspensão é aplicada a todos.

Nós acreditamos na boa fé e na honorabilidade do Sr. Secretário em que vai ter tratamento idêntico para todos os casos em que viram as suas licenças recusadas, mas não pode haver uma mera declaração de intenções que a não aplicação dessa portaria iria abranger todas as situações que ocorreram no passado.

Sendo assim, o Grupo Parlamentar do PSD, independentemente da parte substancial que esta Proposta de Resolução contém, ou seja, a análise com profundidade e com a seriedade que tem sido aqui debatida a questão ou não renovação dessas licenças, e deve fazê-lo até por uma questão de maior eficácia a nível da Comissão como propõe a própria Proposta de Resolução, pelas razões

que acabei de citar, vai votar favoravelmente o n.º 1 desta Proposta de Resolução.

Nós entendemos que a suspensão é necessária pelas razões apontadas e o Sr. Secretário terá que mandar publicar uma portaria a suspender a eficácia da portaria que está em vigor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa para defesa da consideração.

Deputado Nuno Almeida e Sousa *(Indep.):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão, de facto, não percebe nada do que se passa de pescas nos Açores e não percebe nada do que se passa com as pescas da única ilha da qual ele sabe falar, o que é mais grave no meio desta situação toda.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* A gente vê!

O Orador: De facto, dois funcionários é pouco, mas para o volume de vendas que é efectuado nas Flores, são mais que suficientes.

Inclusivamente, a Lotaçor, EP — Serviço Açoriano de Lotas e Vendagens — teve o cuidado de adequar o horários dos 4 portos de pescas onde são efectuadas vendas na Ilha das Flores, para que os dois funcionários que aí existem, efectuassem a primeira venda.

Essa decisão de horário foi tomada em plenário — à boa maneira comunista — de pescadores com a presença de um alto funcionário da Lotaçor, EP, em apreço, o Sr. Eng. António Leal.

Eu pasmo como é que em plenário se decidiu nas Flores — os pescadores decidiram — o horário de funcionamento das 4 lotas e o Sr. Deputado Paulo Valadão não sabe disso. E eu é que não sei o que é que se passa nas pescas nos Açores!

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* É claro que não!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão:

Eu não vou responder à intervenção do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa. É absolutamente desnecessário, porque estamos empenhados a discutir uma matéria séria para toda Região e que é fundamental para muitas pessoas.

Segunda questão:

Queria fazer um apelo ao Sr. Secretário, que com certeza irá comunicar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente para que seja revisto de imediato os horários nas lotas das Flores, conforme é do interesse e do desejo já manifestado pela grande maioria dos pescadores que pescam naquela ilha.

Em relação a esta matéria, gostaria de ser informado da decisão do Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Efectivamente, os pescadores da Ilha das Flores desejam que o funcionamento da lota seja completamente diferente daquele que é neste momento.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir sobre esta matéria, porque fui contactado por alguns pescadores que me colocaram justamente a sua preocupação, pelo facto de não verem a sua licença renovada, tendo por razão o facto de não terem atingido o valor da lota no ano anterior que tinham descontos.

Interroguei-me quais teriam sido as razões pelas quais teriam levado o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente a fazer esta portaria.

Pus várias hipóteses, inclusivamente pensava que poderia ser eventualmente por uma questão de recursos, por uma questão da arqueação bruta e das obrigações que a Região tem em termos de aumento de frota, em termos comunitários.

Mas depois deste debate, fiquei a saber que, ao fim e ao cabo, a razão principal é a da moralização no processo de fuga à lota, que é uma realidade e que todos nós concordamos que deve ser moralizada e que deve haver justiça.

No entanto, o que me parece é que este não foi o melhor processo e que fuga ou tentativa de fuga à lota vai haver sempre.

Todos nós recordamos e sabemos muito bem que quando há maus Invernos o que acontece nos portos onde existem pescadores que exercem a actividade

exclusivamente, os problemas económicos e sociais que daí advêm e qual a necessidade de intervenção do Governo ou da Lotaçor, mas com os dinheiros públicos, para colmatar essas situações.

Portanto, em minha opinião, não vamos aqui combater que a pesca artesanal deva só ser exercida por profissionais que a exercem exclusivamente.

Não há mal nenhum haver pescadores que não exerçam essa actividade exclusivamente.

Não vamos excluir do exercício de uma actividade que é complementar de outras, um conjunto de pessoas de várias idades: jovens, menos jovens e reformados.

Queria dizer que esta questão da fuga não é exclusiva da pesca, porque existe a fuga nas actividades económicas.

Sr. Deputado Manuel Serpa:

Se fosse para acabar com a actividade de todas as empresas que nesta Região não pagam IRC, quantas empresas ficam abertas, ou quantas sociedades continuariam a existir?

Há que moralizar, regulamentar e fiscalizar. Como? É difícil!

É um processo que não é novo, que anteriormente era uma intenção. Eu recordo que quando exerci funções de Director Regional das Pescas, que uma das questões que nós obrigávamos para a atribuição de subsídios ao abrigo de uma portaria que existia de pesca artesanal, era eles terem anteriormente exercido alguma actividade.

Muitos eram rejeitados, porque não tinham actividade anterior. Alguns deles reclamavam e achavam que era injusto. Haviam situações que se reviam, porque haviam alguns que queriam reiniciar a actividade.

É um processo complexo, mas que ao longo dos Governos anteriores foram feitos esforços no sentido de moralizar.

Relativamente à pesca artesanal e a este tipo de pesca artesanal de boca aberta que é feito a partir de poucas milhas da costa, eu gostaria de dizer e de partilhar convosco a minha experiência que tive na altura.

As teorias de acabar com a pesca artesanal são antigas. Há mais de 10 anos eu assisti a muitas discussões e a muitas teorias em que se dizia que se devia acabar com este tipo de pesca, que não se devia fomentar. De facto, não se está a fomentar.

No entanto, a verdade é que prevaleceu sempre o bom senso e na altura do PSD, mais precisamente no tempo em que eu fui responsável e posteriormente, houve a preocupação de manter a pesca artesanal sem que isso prejudicasse a reconversão da chamada pesca artesanal para outro tipo de embarcações.

Por que razão?

Fundamentalmente, por 3 motivos:

Dois deles já foram aqui referidos pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e constam inclusivamente do respectivo texto e são:

— o abastecimento do mercado local que, quer queiramos quer não, se é verdade que algumas vezes, Sr. Deputado Manuel Serpa, quando os que passam pela lota já não conseguem vender, também é verdade que ainda existem muitas localidades, e isto acontece muitas vezes, em que o pescador lá vai entregar o cambãozinho, vender, oferecer ou trocar alguma coisa e vai servindo de abastecimento ao mercado local.

— vem permitir um aumento do rendimento familiar, por pouco que seja.

Não esqueçamos que esta actividade é exercida por algumas pessoas de mais idade, já reformadas, mas têm reformas pequenas e através deste pequeno rendimento que lhe advém da actividade deste tipo de pesca, melhoram a sua qualidade de vida e fazem algumas compras.

São pessoas que estavam habituadas a exercer a actividade da pesca, têm essa tradição e, como tal, nos últimos anos da sua vida, se se cortar as pernas e se se tirar a possibilidade dessas pessoas, que desde tenra idade andaram no mar e que agora se vêem impossibilitadas, julgamos que cometemos alguma injustiça.

É outra dimensão, Sr. Deputado Manuel Serpa. Logicamente não é comparativa, mas tem alguma comparação naquilo que foi a actividade baleeira e naquilo que deixou de ser a actividade baleeira.

Não quero comparar, não são comparativas, mas têm alguma coisa de comum, ou seja, durante muitos anos ou praticamente toda a vida, houve pessoas que se habituaram a ir ao mar duas ou três vezes por mês ou até mesmo uma vez por semana, mas, enfim, isso faz parte dos seus hábitos.

Portanto, julgo que é importante manter essa possibilidade.

Uma terceira razão, e talvez a principal, é manter a pesca artesanal.

A pesca artesanal, hoje, nos Açores, é uma forma fundamental para a motivação dos jovens para o exercício da pesca.

Nós todos sabemos que estamos a exercer a actividade da pesca na Região com uma percentagem muito grande de pescadores que não são oriundos da Região Autónoma dos Açores.

Temos dificuldade no recrutamento da mão-de-obra para o exercício da pesca e esse tipo de pesca artesanal em que o jovem se começa a habituar a ir com o pai, com o tio, com o vizinho ou com o primo, é uma motivação para que depois eles venham a ser encaminhados para o outro tipo de pesca, ou seja, a pesca em embarcações maiores, isto é, dos tunídeos.

Faz uma escola, a escola dos futuros homens do mar, é este o tipo de pesca artesanal.

Os grandes mestres do atum, os grandes mestres da pesca artesanal de embarcações do palangre, todos eles começaram na pesca artesanal.

Não esperemos que o jovem vai acabar o 9.º ano e que só depois disso é que vai começar a ir para a pesca e para a embarcação já com o palangre ou para o atuneiro.

Ele tem que ser habituado desde novo, desde que tenha idade e aí essa é mais uma das razões para a qual este tipo de pesca artesanal é fundamental, ou seja, a motivação para o exercício desta importante actividade.

Finalmente, eu gostaria de comentar a forma de procedimento que a Secretaria ou a Direcção Regional das Pescas teve e que, de certa forma, parece-me inaceitável, por aquilo que alguns pescadores me disseram.

Segundo eles, ao fazerem o requerimento para a emissão da licença, foram obrigados ou disseram que eles tinham, em primeiro lugar, que fazer o registo na

conservatória, segurar a embarcação e só depois disso feito é que poderiam obter a licença.

Obedeceram a esses dois procedimentos, gastaram dinheiro e no final disseram-lhes que por eles não terem os 500 contos, não lhes podia ser emitida a licença.

Se de facto isso é assim, isto não é correcto. Isto, eu não queria dizer andar a brincar com as pessoas ou a enganar as pessoas, não é o procedimento correcto.

Se a portaria fosse taxativa e dissesse que só podem ser concedidas licenças a quem tiver estes requisitos, muito bem. Mas se as pessoas não tinham os tais 500 contos, à partida, já sabiam que não lhes iria ser atribuída a licença.

A portaria diz: "pode ser recusada". Então ele pode ter cumprido os dois requisitos, ou seja, estar registado na conservatória e ter o seguro e não ter os 500 contos e ser-lhe concedida a licença.

Portanto, houve alguns casos, segundo me comunicaram, de alguns pescadores que terão feito o registo com encargos daí advenientes, terão segurado a embarcação e depois não lhe foi atribuída a licença.

Se assim foi, este procedimento não é correcto.

Para terminar, quero reafirmar aquilo que foi dito pelo meu colega de bancada, Deputado Jorge Valadão, quando referiu que nós vamos dar o nosso apoio e vamos votar favoravelmente a Proposta de Resolução apresentada pelo Deputado do Partido Comunista, certos de que a situação é complexa, precisa de ser moralizada e que o trabalho venha a ser feito pela Comissão de Economia, em colaboração com o Governo, e que o Governo recebendo a necessária colaboração, venha a ser importante para ajudar a resolver este problema que não é apenas de uma ilha, nem de uma dezena, nem se calhar de uma centena ou duas de pessoas, mas sim de algumas centenas de pessoas que estão envolvidas nesta situação.

Para terminar, porque o Sr. Deputado Manuel Serpa chamou à liça a Frota Azul, eu não vou entrar em polémica sobre essa matéria, mas quero dizer que é preciso saber situar os acontecimentos no devido tempo.

A Frota Azul é a "mãe" da reconversão de todas as outras frotas.

Se não tivesse existido o Pérola da Manhenha, eu não sei se hoje já teríamos o número de atuneiros que temos na nossa Região e aqueles que estão para construir.

Se não tivesse existido o Pérola da Manhenha em 1981, ou 82, se calhar o problema grave e que poderia ser grave para a Região, nomeadamente a questão das quotas da pesca do atum, nós estaríamos numa posição muitíssimo pior, bem difícil e assim talvez com uma grande herança, ou seja, vermos passar aqui os recursos e não termos frota para os podermos pescar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para prestar alguns esclarecimentos e, sobretudo, para esclarecer algumas dúvidas que possam existir na Câmara.

Eu queria começar por dizer que as razões que estão na base desta portaria são outras, contrariamente àquilo que disse o Sr. Deputado Eugénio Leal, e tem a ver com informação estatística que nos dias de hoje é cada vez mais importante ter sobre as quantidades de pescado.

Também tem um pouco a ver com o futuro, ou seja, saber a carga possível sobre algumas espécies na eventualidade de termos que fixar quotas em relação a algumas. São também razões que fundamentam algum rigor nisso para além da moralização que já foi aqui referida.

Queria também dizer que do ponto de vista do Partido Socialista e do seu Grupo Parlamentar, nós estamos perfeitamente sensíveis, porque conhecemos a realidade em relação à complementaridade desta actividade na economia das pessoas, designadamente dos reformados. Isso para nós é perfeitamente pacífico, como aliás o Sr. Deputado Manuel Serpa disse, é como se alguém tivesse umas batatas no quintal e uma cabra ou uma vaca amarrada de onde tira o leite.

Essa complementaridade para aumentar o rendimento das famílias, para nós é perfeitamente pacífica.

Portanto, — é preciso que isto seja bem dito — não há da nossa parte qualquer intenção em excluir ninguém, designadamente esses, desta actividade.

No entanto, tem que haver alguma clarificação, Sr. Deputado, porque há taxistas a pedir dinheiro para motores e há empregados bancários a pedir dinheiro para pintar os barcos. O que nós queremos é distinguir as águas e esclarecer realmente esta situação.

Finalmente, queria dizer-lhe que a decisão que foi tomada pelo Sr. Secretário, não foi a de suspender a portaria, porque isso só pode ser feito, como eu comecei por dizer, através de outra portaria ou diploma.

Essa decisão do Sr. Secretário é em termos de autorizar o passado e o futuro, ou seja, as que não foram autorizadas vão ser agora autorizadas e as que estão a entrar na Secretaria também vão ser autorizadas.

Esta decisão política abrange o passado. Não vai ficar ninguém pendurado este ano por causa desta matéria.

Achamos também muito bem, como já foi referido, mas não é de mais sublinhar que esta questão que é complexa e difícil, seja analisada na Comissão de Economia.

Por isso, a posição final do Grupo Parlamentar do PS é a seguinte:

Em relação ao n.º 1 da Proposta de Resolução, nós vamos abster-nos. Entendemos que isso já está solucionado para este ano e, sendo assim, é absolutamente despiciendo.

Em relação ao n.º 2 vamos votar favoravelmente.

Daí que eu peço ao Sr. Presidente para fazer a votação em separado.

Presidente: Concluído o debate vou pôr à votação a Proposta de Resolução na generalidade e depois passaremos à votação na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta proposta, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Passemos agora à votação na especialidade.

Vamos votar o ponto 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O ponto 1.º foi aprovado por com 21 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Deputado Independente e registou 21 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos votar o ponto 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O ponto 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovado, por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, vou pôr à votação da Câmara a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Fevereiro".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Boa tarde.

(Eram 14.00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Deputados que faltaram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

A Redactora Principal: *Maria da Conceição Fraga Branco*